



ACADEMIA MILITAR

O Programa Idosos em Segurança: Estudo de Caso do Destacamento Territorial de Sintra

Autor: Aspirante Infantaria GNR João Francisco Lagos Nunes

Orientador: Professor Doutor José Fontes

Coorientador: Tenente-Coronel Infantaria GNR Rogério Copeto

**Mestrado Integrado em Ciências Militares na Especialidade de
Segurança**

Relatório Científico Final do Trabalho de Investigação Aplicada

Lisboa, setembro 2016



ACADEMIA MILITAR

O Programa Idosos em Segurança: Estudo de Caso do Destacamento Territorial de Sintra

Autor: Aspirante Infantaria GNR João Francisco Lagos Nunes

Orientador: Professor Doutor José Fontes

Coorientador: Tenente-Coronel Infantaria GNR Rogério Copeto

**Mestrado Integrado em Ciências Militares na Especialidade de
Segurança**

Relatório Científico Final do Trabalho de Investigação Aplicada

Lisboa, setembro 2016

DEDICATÓRIA

Aos meus Pais, Irmãos, Família e Amigos.

Por provarem, diariamente, que estar longe,
não significa não estar perto.

A todos vós, o meu sincero
Obrigado.

EPIGRAFE

“Nem tudo o que se enfrenta pode ser modificado, mas nada pode ser modificado até que seja enfrentado”

Albert Einstein

AGRADECIMENTOS

Indesculpável seria não agradecer ao Professor Doutor José Fontes que sempre se disponibilizou para ajudar, corrigir e engrandecer o trabalho. Pela sua forma descontraída, mas sempre profissional, com que me acompanhou desde os tempos da Academia até aos dias de hoje. O seu excelso contributo e a sua habilidade quase forense no que toca à gramática contribuíram inquestionavelmente para a realização deste trabalho. A si, o meu obrigado. Que nos continuemos a cruzar.

Ao Tenente-Coronel Rogério Copeto que com a sua jovialidade, prontidão e presença se constituiu como um pilar base na realização deste trabalho e cuja vasta experiência nestas matérias enaltecem e fortalecem, sem dúvida alguma, o que aqui se escreve.

Ao Tenente-Coronel Gonçalo Carvalho, Diretor de Curso, pela forma sempre entusiasta com que lidou connosco e por sempre estar presente aquando do esclarecimento de alguma dúvida. Pela forma como mudou o paradigma dos cursos e da formação dos alunos da Guarda Nacional Republicana na Academia Militar, o meu obrigado.

Ao Tenente-Coronel Pinto da Silva, pela sua disponibilidade em receber o nosso curso para o esclarecimento de variadas matérias e por nos ensinar que toda a verdade é só uma mentira que ainda não foi provada. Pela maneira astuta e *sui generis* com que partilhou connosco o seu conhecimento, agradecido.

Ao Major João Paulo Santos, pela pronta ajuda aquando do meu período de estágio em Santarém que, assim que me mostrei interessado em ler alguns documentos que possuía acerca desta temática, foi incansável em disponibilizar-me tudo o que tinha. Incansável é também o meu agradecimento.

Ao Capitão Cardoso, pela entrevista que me deu, pelas ideias que partilhou e pela forma célere e metódica que me esclareceu em algumas dúvidas relativamente à recolha de informações de dados já existentes de anos anteriores.

Ao Capitão Bruno Ribeiro, Comandante do Destacamento Territorial de Sintra, que apesar da sua pouca disponibilidade de horário, sempre teve tempo para me receber. Pelo facto de, desde o início deste ano, me ter sugerido que o acompanhasse em várias ações de

sensibilização e prontamente se disponibilizou a ajudar-me a orientar o trabalho para aquilo que seria importante abordar.

Impensável seria também não exaltar o trabalho de apoio que o Cabo-Chefe Luís Augusto me prestou. A partir do momento em que lhe mostrei aquilo que pretendia, a sua resposta foi sempre imediata. Pela forma como me conseguiu todas as entrevistas e me encaminhou para os sítios nos quais poderia obter maior resultado. Aqui fica o meu agradecimento, não só pelo trabalho que realizou comigo, mas pelo seu reconhecimento em todos os lugares que visitámos, como uma pessoa de referência.

A todas as entidades que se disponibilizaram a receber-me e a dar-me a sua visão desta realidade. Sem vós, este trabalho não poderia também ter sido feito.

A todos os idosos inquiridos que facilmente me acolheram e ajudaram. Obrigado por partilharem comigo essa vossa juventude, com já mais anos do que a minha, e me mostrarem que o melhor trabalho que se pode fazer, é em prol dos outros, sempre.

Ao Enfermeiro João Paulo Batalim Nunes, meu pai e amigo que sempre me auxiliou na realização deste trabalho, na sua correção e verificação. Obrigado pelas horas tardias que partilhámos. Espero que ainda tenhamos muitas pela frente.

Aos meus camaradas de curso, que muitos momentos privaram comigo. Que nos últimos cinco anos fizeram parte da minha vida e de quem guardo grande estima, agora e sempre.

A todos os outros que contribuíram, de forma direta ou indireta, na realização deste trabalho, o meu mais sincero e profundo agradecimento.

RESUMO

O presente relatório, intitulado “O Programa Idosos em Segurança: Estudo de Caso do Dter de Sintra”, baseia-se num estudo da análise do trabalho que é desenvolvido pelos militares do Destacamento Territorial de Sintra e tem a finalidade de avaliar o impacto e influência do Programa Idosos em Segurança na população adstrita a este Destacamento.

O envelhecimento é uma realidade inevitável e que deve, cada vez mais ser preparada e antecipada, permitindo, a quem pretender participar na vida ativa da sua comunidade, que tal seja possível. Para aqueles que, não têm possibilidades de o fazer, deve garantir-se assegurada, em todas as situações a sua dignidade enquanto pessoa humana. O envelhecimento ativo é também uma temática abordada que carece de tratamento pela sua novidade e extrema relevância no contexto atual.

Para que tais realidades sejam coincidentes é imperioso que o policiamento de proximidade se efetue e que se abram portas ao desenvolvimento das capacidades de resposta dos diferentes órgãos de apoio social e das Forças de Segurança.

Para conseguirmos responder à Questão de Partida, formulámos quatro Questões Derivadas e consequentes Hipóteses que, através da sua verificação, validação ou refutação, nos permitiram responder às questões anteriormente levantadas.

Foram realizadas Entrevistas e Questionários, que nos permitiram aceder às diferentes perspetivas que trabalham e são alvo deste Programa.

A Guarda Nacional Republicana possui um grande reconhecimento junto das entidades externas e dos idosos com quem trabalha. Foram, no entanto, encontradas algumas falhas ao nível do efetivo, da formação, especialização e verificação do trabalho desenvolvido, a vários níveis.

De salientar que muitas falhas são colmatadas pela boa capacidade de adaptação dos militares, o que evita que tais fragilidades afetem o serviço prestado e transpareçam para o exterior.

PALAVRAS-CHAVE: GNR; Envelhecimento Ativo; Programa Idosos em Segurança; Idoso; Sintra

ABSTRACT

This report, entitled "The Elderly Safety Program: Case Study on Sintra's Territorial Detail" researches the work done by the territorial Detail of Sintra and aims to assess the impact of this program in the elder population of the Sintra area.

The premise hinges on the fact that aging is inevitable. But, with awareness, preparation and anticipation, those who wish to have an active lifestyle and be participative in their communities can continue to do so. For those who want to engage in such activities but are unable to afford ways to remain healthy and active, we, as representatives of the state, need to ensure and respect their dignity as humans and help them remain active members of society. Another theme approached by the study is "active aging" due to its recent growing traction and extreme importance for the current context.

For these realities to coincide, it is imperative to continue developing close range response agencies, as well as improving the coordination between the safety forces and Social Services.

In order to accurately answer the Starting Question, we formulated four derivative ones and evaluated the consequent Hypothesis. Through its verification, validation or refutation, we were able appropriately answer the questions previously posed.

Interviews and questionnaires were conducted, which gave us access to several different perspectives that are the foundation of this Program.

Despite the magnificent recognition the National Guard received from external entities on the continuous work throughout the Program, we did find potentially damaging gaps in effectiveness, training, expertise and verification of the work that's done at many levels.

Nevertheless, note that military have the ability to correct some of the failures uncovered, preventing underuse on the Program's end result.

KEY WORDS: GNR; Active Aging; Elderly Safety Program; Old Man; Sintra

ÍNDICE GERAL

DEDICATÓRIA	iii
EPÍGRAFE	iv
AGRADECIMENTOS	v
RESUMO.....	vii
ABSTRACT	viii
ÍNDICE GERAL	ix
ÍNDICE DE FIGURAS	xi
ÍNDICE DE QUADROS	xii
LISTA DE APÊNDICES	xiv
LISTA DE ANEXOS.....	xv
LISTA DE ABREVIATURAS, SIGLAS E ACRÓNIMOS.....	xvi
INTRODUÇÃO	1
CAPÍTULO 1 – ENQUADRAMENTO DOGMÁTICO CONCETUAL	4
1.1. Envelhecimento	4
1.2. Envelhecimento Ativo	6
1.3. Evolução e Tendências em Portugal e na Europa.....	8
1.4. Segurança	11
1.5. Policiamento de Proximidade.....	12
CAPÍTULO 2 – GNR: O PROGRAMA IDOSOS EM SEGURANÇA	15
2.1. Guarda Nacional Republicana – Secção de Programas Especiais.....	15
2.1.1. O NIS: “Apoio 65 - Idosos em Segurança”	16
CAPÍTULO 3 – METODOLOGIA.....	18
3.1. Tipo de abordagem	18
3.1.1. Quanto aos objetivos.....	18
3.1.2. Quanto ao procedimento	19

3.1.3. Quanto à lógica da investigação.....	19
3.1.4. Quanto à natureza.....	20
CAPÍTULO 4 – MÉTODOS E MATERIAIS.....	22
4.1 Contexto de observação.....	22
4.2. Procedimentos e técnicas de recolha de dados	22
4.2.1. Entrevistas.....	23
4.2.2. Questionários	24
4.3. Caracterização da amostra	25
CAPÍTULO 5 – APRESENTAÇÃO, ANÁLISE E DISCUSSÃO DE RESULTADOS	26
5.1. Análise das Entrevistas.....	26
5.2. Análise dos Questionários	39
5.3. Verificação das Hipóteses	43
CONCLUSÃO E RECOMENDAÇÕES	47
i. Resposta às questões derivadas	47
ii. Reflexões finais e recomendações.....	52
BIBLIOGRAFIA E OUTRAS FONTES.....	56
APÊNDICES	I
ANEXOS	XII

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura n.º 1 – Estrutura da população, por grandes grupos etários, UE-27, 2011-2060 (% da população total).....	9
Figura n.º 2 – Resultados da Operação “Censos Sénior” de 2012-2015.....	10
Figura n.º 3 – Sexo dos Inquiridos	39
Figura n.º 4 – Idade dos Inquiridos	39
Figura n.º 5 – Estado Civil	39
Figura n.º 6 – Vive Sozinho?	39
Figura n.º 7 – Sabe o que é a GNR?.....	40
Figura n.º 8 – Vê os militares na rua?	40
Figura n.º 9 – Com que frequência os vê?.....	40
Figura n.º 10 – Quando vê os militares, como se sente?.....	40
Figura n.º 11 – Gostava de os ver mais vezes?	41
Figura n.º 12 – Já esteve presente em alguma ação de sensibilização?	41
Figura n.º 13 – Essas ações ensinaram-lhe alguma coisa que não sabia?	41
Figura n.º 14 – Quando receia pela sua segurança, a quem liga primeiro?.....	41
Figura n.º 15 – Alguma vez os militares da GNR foram a sua casa?.....	42
Figura n.º 16 – Quando se dirige a um militar para explicar um determinado problema ou esclarecer alguma dúvida, sente da parte dele preocupação?.....	42
Figura n.º 17 – Sabe o número que deve ligar para falar com a GNR?	42
Figura n.º 18 – Sente dificuldade em falar com um militar da GNR?	42
Figura n.º 19 – Se pudesse mudar alguma coisa na GNR, o que seria?.....	43

ÍNDICE DE QUADROS

Quadro n.º 1 – Estrutura etária da população, por grandes grupos etários, UE 27, (1991-2011) (% da população total).....	9
Quadro n.º 2 – Caracterização da amostra	25
Quadro n.º 3 – Respostas à questão n.º 1	26
Quadro n.º 4 – Respostas à questão n.º 2	26
Quadro n.º 5 – Respostas à questão n.º 3	27
Quadro n.º 6 – Respostas à questão n.º 4	27
Quadro n.º 7 – Respostas à questão n.º 5	27
Quadro n.º 8 – Respostas à questão n.º 6	28
Quadro n.º 9 – Respostas à questão n.º 7	28
Quadro n.º 10 – Respostas à questão n.º 8	29
Quadro n.º 11 – Respostas à questão n.º 9	29
Quadro n.º 12 – Respostas à questão n.º 10	29
Quadro n.º 13 – Respostas à questão n.º 11	30
Quadro n.º 14 – Respostas à questão n.º 12	30
Quadro n.º 15 – Respostas à questão n.º 13	31
Quadro n.º 16 – Respostas à questão n.º 14	31
Quadro n.º 17 – Respostas à questão n.º 15	31
Quadro n.º 18 – Respostas à questão n.º 16	31
Quadro n.º 19 – Respostas à questão n.º 17	32
Quadro n.º 20 – Respostas à questão n.º 18	32
Quadro n.º 21 – Respostas à questão n.º 19	32
Quadro n.º 22 – Respostas à questão n.º 20	32
Quadro n.º 23 – Respostas à questão n.º 21	33
Quadro n.º 24 – Respostas à questão n.º 22	33
Quadro n.º 25 – Respostas à questão n.º 23	33
Quadro n.º 26 – Respostas à questão n.º 24	33
Quadro n.º 27 – Respostas à questão n.º 25	34
Quadro n.º 28 – Respostas à questão n.º 26	34

Quadro n.º 29 – Respostas à questão n.º 27	34
Quadro n.º 30 – Respostas à questão n.º 28	35
Quadro n.º 31 – Respostas à questão n.º 29	35
Quadro n.º 32 – Respostas à questão n.º 30	36
Quadro n.º 33 – Respostas à questão n.º 31	36
Quadro n.º 34 – Respostas à questão n.º 32	37
Quadro n.º 35 – Respostas à questão n.º 33	37
Quadro n.º 36 – Respostas à questão n.º 34	38
Quadro n.º 37 – Respostas à questão n.º 35	38

LISTA DE APÊNDICES

APÊNDICE A – DESENHO DA INVESTIGAÇÃO	II
APÊNDICE B – CARTA DE APRESENTAÇÃO	III
APÊNDICE C – GUIÕES DE ENTREVISTA	V
Guião de Entrevista n.º 1 – Tenente-Coronel Rogério Copeto.....	V
Guião de Entrevista n.º 2 – Chefe Repartição de Programas Especiais	V
Guião de Entrevista n.º 3 – Comandante do Destacamento Territorial de Sintra.....	VI
Guião de Entrevista n.º 4 – Militares afetos ao Programa Idosos em Segurança.....	VI
Guião de Entrevista n.º 5 – Entidades Externas à GNR	VII
APÊNDICE D – INQUÉRITOS DIRIGIDOS AOS IDOSOS	VIII

LISTA DE ANEXOS

ANEXO A – REFERENCIAL DE FORMAÇÃO DOS PROGRAMAS ESPECIAIS	XIII
ANEXO B – DADOS CENSOS SÉNIOR 2016	XVII

LISTA DE ABREVIATURAS, SIGLAS E ACRÓNIMOS

AIVD	Atividades Instrumentais da Vida Diária
AM	Academia Militar
Art.º	Artigo
CDF	Comando de Doutrina e Formação
Cfr.	Confrontar
CG	Comando Geral
CM	Câmara Municipal
Cmdt	Comandante
CP	Código Penal
CPP	Código de Processo Penal
CRP	Constituição da República Portuguesa
CTer	Comando Territorial
DGS	Direção Geral de Saúde
DTer	Destacamento Territorial
EG	Escola da Guarda
FSS	Forças e Serviços de Segurança
GCG	General Comandante Geral
GNR	Guarda Nacional Republicana
H	Hipótese
Inf	Infantaria
LO	Lei Orgânica
MAI	Ministério da Administração Interna
n.º	Número
NCS	Núcleo Comércio Seguro
NES	Núcleo Escola Segura
NIS	Núcleo Idosos em Segurança
NPE	Núcleo de Programas Especiais
OCS	Órgãos de Comunicação Social
OE	Objetivo Específico
OG	Objetivo Geral
OMS	Organização Mundial de Saúde
ONU	Organização das Nações Unidas
p.	Página
PIS	Programa Idosos em Segurança
QD	Questão Derivada
QP	Questão de Partida
SPE	Secção de Programas Especiais
UE	União Europeia
UI	Unidade de Intervenção
USHE	Unidade de Segurança e Honras do Estado
V.Ex ^a	Vossa Excelência
WHO	World Health Organization

INTRODUÇÃO

A investigação que aqui é apresentada e subordinada ao tema: “*O Programa Idosos em Segurança: Estudo de Caso do Destacamento Territorial de Sintra*” surge como culminar de toda uma formação académica de ensino superior público universitário militar. Assim, com o término desta, e consequente obtenção do grau de Mestre em Ciências Militares na Especialidade de *Segurança*, é-nos exigido a realização deste Relatório Científico Final do Trabalho de Investigação Aplicada que visa conhecer, aprofundar e clarificar uma determinada realidade ou fenómeno.

Alicerçado na conjuntura atual, onde o envelhecimento solitário e o abandono são cada vez mais uma realidade social evidente, é necessário que a mesma sociedade se adeque a esta mudança e se estruture para combater este fenómeno.

Existem cada vez mais idosos que, fruto do envelhecimento demográfico, residem longe dos seus familiares. A idade avançada acentua a fragilidade, o que, associado ao aumento da criminalidade vem dando relevância a este fenómeno, visando a salvaguarda da dignidade e do bem-estar das pessoas.

A falta de informação associada ao envelhecimento atribui-lhe automaticamente uma perspetiva negativista que se torna difícil de ultrapassar visto que se apresentam como “estereótipos que podem ou não levar à exclusão ou valorização dos idosos na comunidade” (Bernardo, 2014, p.15). Ora, numa era onde o número e a percentagem de pessoas idosas é exponencialmente crescente, como veremos mais adiante, deverão ser estudados e empregues mecanismos, para que as pessoas idosas capazes, e que o desejem fazer, tenham um papel ativo no seu dia-a-dia e nas sociedades em que se inserem, contribuindo assim, também, para o desenvolvimento das mesmas. No entanto, “apesar de se constatar que é uma realidade significativa em termos demográficos e sociais, as sociedades europeias continuam a não facilitá-lo enquanto processo natural.” (Associação Portuguesa de Apoio à Vítima [APAV], 2010, p.13).

Com a realização desta investigação pretende compreender-se, em que medida e de que forma, a Guarda Nacional Republicana (GNR), através do Programa Idosos em Segurança (PIS) atua e acompanha a população idosa que está inserida na zona de ação atribuída ao Destacamento Territorial de Sintra.

Outro dos motivos que nos levou à realização deste trabalho foi querer saber qual a visibilidade que a GNR possui junto dos idosos com quem lida quotidianamente, bem como, se existe, por parte dos idosos, algum sentimento de melhoria de condições de vida resultante desse contacto. Sendo que, uma das principais atribuições da GNR é a prestação de um serviço policial que fortaleça o sentimento de segurança, quisemos perceber como contribui para esse fim, a implementação deste programa.

O resultado a alcançar no fim desta investigação, passará por explorar como o programa em causa é rentabilizado e funciona junto dos cidadãos, nomeadamente dos idosos. Foram estabelecidos objetivos gerais (OG) e objetivos específicos (OE) por forma a definir a estruturação da mesma.

Assim sendo, como objetivo geral temos:

OG — Avaliar o impacto e influência do Programa Idosos em Segurança na população adstrita ao Destacamento Territorial de Sintra.

Face a este objetivo, foram estabelecidos os seguintes objetivos específicos (OE):

OE1 — Perceber a finalidade da criação e implementação do Programa Idosos em Segurança;

OE2 — Compreender quais são as técnicas e métodos utilizados pelos militares responsáveis pela aplicação do programa;

OE3 — Verificar de que forma são estes procedimentos aplicados na prática quotidiana dos militares e dos idosos;

OE4 — Explicar de que forma, e em que medida, a aplicação deste programa no Destacamento em estudo, tem influência na vida dos idosos.

Após a construção dos objetivos supra citados, tornou-se facilitada a tarefa de formulação da questão de partida (QP) que irá ser o principal foco deste trabalho visto que um dos propósitos da investigação passa por conseguir, no fim da mesma, responder à seguinte pergunta:

QP — **Qual a pertinência e visibilidade do Programa Idosos em Segurança na população afeta ao Destacamento Territorial de Sintra?**

O trabalho que se apresenta foi organizado e dividido em duas partes centrais, estando estas subdivididas. Na primeira parte e após esta breve introdução, abordamos o capítulo da revisão da literatura, que se subdivide em dois pontos.

O primeiro, do enquadramento dogmático concetual que esclarece alguns conceitos como o de envelhecimento, envelhecimento ativo, evolução e tendências do

envelhecimento em Portugal e na Europa, aborda a temática da segurança e do policiamento de proximidade.

O segundo ponto, onde é dado ênfase à GNR e às valências de programas especiais, nomeadamente, para o Programa Idosos em Segurança, explicando como surgiu e como está organizado. De salientar que se realça uma ordem cronologicamente organizada que visa facilitar a compreensão e evolução do conhecimento. Ainda dentro da primeira parte do trabalho, temos um capítulo exclusivamente dedicado à metodologia e, através da análise de pensamento de vários autores como Patton, Berg e outros, dedica-se um capítulo relativo à abordagem qualitativa e quantitativa que merecem algum destaque por se constituírem como a base ditadora da realização desta investigação. São também expostas neste capítulo as perguntas derivadas, o modelo de análise utilizado que foi o Estudo de Caso, através de um método hipotético-dedutivo, e as hipóteses levantadas pelo Autor. No capítulo seguinte, encerramos a primeira parte do trabalho, através da caracterização sumária do contexto de observação, da descrição dos métodos e técnicas utilizados para a recolha de dados. É dado especial destaque às entrevistas e aos inquéritos por questionário.

No capítulo que se sucede, inicia-se a segunda parte do trabalho, a mais prática do mesmo. A apresentação dos resultados apurados, com recurso aos gráficos e tabelas necessários para esclarecer o leitor. Subsequentemente, temos a discussão dos resultados, onde se estabelece uma comparação entre as hipóteses levantadas anteriormente e o que realmente se verificou, de forma a perceber se existe correlação entre os resultados esperados e os observados.

Após a apresentação e discussão dos resultados surge a conclusão, onde é feita uma reflexão acerca do conhecimento produzido. É explicado como este se conjuga com as perguntas de investigação que foram inicialmente colocadas. Imediatamente a seguir, há lugar para o autor apontar algumas consequências práticas do seu estudo, propor algumas recomendações e sugerir possíveis investigações futuras.

A concluir, juntam-se as referências bibliográficas e outras fontes utilizadas para produzir Saber e que se traduziram como um material essencial para dar consistência às matérias aqui abordadas.

Após isto, encontram-se alguns documentos que foram considerados relevantes de se incluir no trabalho. Desde logo, os apêndices, pelo facto de a sua dimensão não ser adequada para se colocar no corpo do trabalho e, no caso dos anexos, por não terem sido construídos pelo Autor.

CAPÍTULO 1 – ENQUADRAMENTO DOGMÁTICO CONCETUAL

1.1. Envelhecimento

O envelhecimento “não é um problema mas uma parte natural do ciclo de vida, sendo desejável que constitua uma oportunidade para viver de forma saudável e autónoma o mais tempo possível” (Bernardo, 2014, p.46). Assim, todos os desafios e mudanças que a ele estão associados levantam, nos dias que correm, uma quantidade de questões. Questões que nos fazem ter de pensar e agir para conseguirmos dar resposta a todas estas necessidades, com o fim último de se conseguir, sustentavelmente, enquadrar a pessoa idosa nas sociedades contemporâneas (Bernardo, 2014). Acreditando que “é na procura de soluções que permitam atuar, fundamentalmente, ao nível da prevenção, que se deve investir para que, num futuro próximo, casos de idosos a viver em situações de exclusão sejam apenas imagens do passado” (Martins, 2008, p.7).

Dito isto, “o aumento da longevidade e dos aspetos a ela inerentes fazem do fenómeno do envelhecimento uma questão atual que merece uma reflexão aprofundada face às implicações significativas do ponto de vista social, cultural e epidemiológico” (Pinto, 2014, p.16).

Como refere Almeida (2007), o envelhecimento tem, nas últimas décadas, ganho alguma relevância devido às implicações a vários níveis que o mesmo transporta. Esta discussão, surge com o intuito de se conseguir traduzir uma definição completa o suficiente. Não só relativa ao envelhecer mas, e em especial, ao “bom envelhecimento”.

Assim, é de realçar a importância de uma perspetiva de intervenção que surge no sentido da otimização dos aspetos positivos e da redução dos prejuízos que esta realidade suporta (Fernandes & Botelho, 2007). Esta abordagem é também tida em consideração pois “envelhecer bem é um processo heterogéneo e diferenciado, na medida em que cada um(a) vive em contextos físicos, sociais e humanos diferentes e é portador(a) de vivências e projetos de vida idiossincráticos” (Chau et al. 2012, p.18).

Antes de avançarmos na caracterização do envelhecimento em Portugal, convém clarificar explicitamente quais as circunstâncias em que este é considerado, devido à sua vasta amplitude. Neste sentido, quando nos referimos ao mesmo, temos de ter em

consideração “duas dimensões: individual e coletiva, subdividindo o primeiro em duas categorias (envelhecimento cronológico e envelhecimento biopsicológico) e o segundo em envelhecimento demográfico e envelhecimento social” (Rosa, citado por Oliveira, 2014).

Desta forma, Serrão citado por Oliveira (2014) e Chau, Soares, Fialho e Sacadura (2012), utiliza o termos “sénior” quando se refere homens e/ou mulheres com mais de 65 anos, que não exerçam alguma atividade profissional, mas que mantêm as suas faculdades sendo, independentes; saudáveis e ativos. Dentro desta categoria, que abrange três décadas, dos 65 aos 95, o autor apresenta ainda três subtipos, que são eles:

1 — Idosos muito dependentes: idade superior a 85 anos e com dependência que resulta do envelhecimento natural ou surge por “doença oncológica em fase terminal” (Serrão citado por Oliveira, 2014, p.11);

2 — Idosos dependentes: cuja dependência é consequência, na sua maioria, de doença crónica que preceitua tratamentos médicos regulares;

3 — Idosos independentes: que se traduzem naqueles que, mantendo as suas capacidades, estão inativos, “agarrados ao falso slogan, não faço nada porque estou reformado” (Serrão citado por Chau et al. 2012, p.33).

Deparamo-nos então com alguma dificuldade na definição do conceito, pois a “Organização das Nações Unidas (ONU) utiliza os 60 anos para referir a pessoas mais velhas” (Pinto, 2014, p.18). Pese embora a “Organização Mundial da Saúde (OMS) classifica cronologicamente como idosos as pessoas com mais de 65 anos de idade” (Pinto, 2014, p.18). Por outro lado, a definição de idoso é também desafiada pelo facto de este ter significados diferentes em sociedades distintas. Portanto, “determinar o início da velhice é, sem dúvida, uma tarefa complexa, pois é difícil a generalização em relação à velhice e há distinções significativas entre diferentes tipos de idosos e velhices” (Pinto, 2014, p.19).

A nível internacional, e cronologicamente organizados foram realizadas três Assembleias mundiais sobre o Envelhecimento. A I Assembleia foi promovida pela Organização das Nações Unidas e realizada em Viena, em 1982. Desta resultaram vários princípios, divulgados em 1991, relacionados com a política social dirigida à população idosa concentrados essencialmente em cinco pilares: a independência; a participação; os cuidados; a autorrealização e a dignidade. Mais tarde, em 2002, com a II Assembleia Mundial sobre o Envelhecimento, realizada em Madrid, surgiu a elaboração de um Plano Internacional de Ação para o Envelhecimento, que se constituiu com base em 3 ideias fundamentais: a) os idosos e o desenvolvimento; b) a promoção da saúde e do bem-estar na velhice; c) criação de ambientes propícios do envelhecimento. Em 2007, novamente em

Espanha, na III Assembleia das Nações Unidas sobre o Envelhecimento, para além de ter sido reforçada a ideia de construir uma imagem positiva do idoso, foram ainda discutidas as temáticas dos maus tratos e abandono de idosos e pessoas desprotegidas (Bernardo, 2014). Sendo que daí resulta que “cabe a cada país, analisar qual a melhor forma de implementar as recomendações internacionais, de forma a desenvolver os mecanismos necessários à promoção do envelhecimento” (Bernardo, 2014, p.53).

1.2. Envelhecimento Ativo

A abordagem a este conceito surge no seguimento de, na leitura de vários relatórios, trabalhos e livros, constatarmos que se encontra presente na maioria deles quando se aborda a temática do envelhecimento e de todas as variáveis que o acompanham. Visto que “sobre o processo de envelhecimento em Portugal, reconhece-se que os portugueses estão a adotar práticas de envelhecimento ativo, convergindo para uma vida mais longa, com qualidade e capacitação individual e coletiva” (Simões, 2014, p.12).

Com isto, podemos adiantar algumas das definições que encontramos e, de forma a produzir conhecimento, relacionar várias delas. A Organização Mundial de Saúde, como referência mundial apresenta-nos a seguinte definição: “envelhecimento ativo é o processo de otimização das oportunidades de saúde, participação e segurança, com o objetivo de melhorar a qualidade de vida à medida durante o envelhecimento¹” (World Health Organization [WHO], 2002, p.12).

Outra perspetiva, diz-nos que este conceito se funde em dois princípios essenciais, no que diz respeito à saúde e numa perspetiva dinâmica de envelhecimento, enquanto processo que decorre ao longo do ciclo da vida (Fernandes e Botelho, 2007). Esta realidade implica ainda “autonomia (controlo), independência nas AIVD (Atividades Instrumentais da Vida Diária, qualidade de vida e expectativa de vida saudável” (Paúl, 2005, p.276) pois “as dificuldades que o idoso enfrenta e a forma como envelhece, com maior ou menor valorização, deve-se em muito ao estatuto que determinada sociedade lhe confere” (Pinto, 2014, p.19) continuando esta linha de pensamento, “a cultura e o género constituem fatores transversais no processo do envelhecimento ativo pois têm influência sobre todos os determinantes já que contextualizam e modelam de forma abrangente a diversidade das situações” (Bernardo, 2014, p.49).

¹ Tradução livre feita pelo Autor

O Parlamento Europeu e o Conselho da União Europeia², no Jornal Oficial da União Europeia, apresentam vários pareceres que consideramos de extrema importância e que passamos a citar. Relativamente ao envelhecimento, “constitui, sem dúvida, um desafio para toda a sociedade e para todas as gerações na Europa, e envolve também questões relacionadas com a solidariedade intergeracional e com a família” (Governo de Portugal [GOV], 2012, p.L246/5). Ainda no seguimento da mesma fonte, no que concerne ao envelhecimento ativo, este surge como um caminho para a realização do seu “potencial de bem-estar físico, social e mental ao longo da vida e que participem na sociedade, ao mesmo tempo que lhes são proporcionados proteção, segurança e cuidados adequados quando deles necessitam” (GOV, 2012, p.L246/6).

Outros autores associam ainda que o envelhecimento ativo está relacionado “com a promoção da autonomia e assenta em duas premissas: na prevenção do isolamento social e da solidão das pessoas idosas” (Chau et al. 2012, p.90) visto que “contrariar o isolamento e promover a integração familiar e social deve também ser uma condição indispensável para a manutenção da saúde mental e de um envelhecimento ativo e saudável” (Fernandes e Botelho, 2007, p.15). Outro pensamento assume que o envelhecimento ativo “é baseado no reconhecimento dos direitos humanos das pessoas idosas e nos princípios de independência, dignidade, cuidado e autorrealização” (Bernardo, 2014, p.46).

A nível de legislação, importa também salientar a Resolução da Assembleia da República n.º 61/2012 aprovada em 5 de Abril de 2012, na qual se recomenda:

“— Art.º n.º 4 — Valorize o envelhecimento ativo, nomeadamente com o voluntariado sénior, potenciando o relacionamento intergeracional através da troca de experiências, da passagem de testemunho cultural e assegurando um combate efetivo ao isolamento da pessoa idosa e favorecendo a sua saúde física e mental.
— Art.º n.º 5 — Generalize a utilização da tecnologia, com especial relevo para a telemática, garantindo a segurança, vigilância, monitorização eletrónica e alarme das pessoas idosas.”

Visto isto, podemos afirmar que existe uma interligação com o que é descrito pela Organização Mundial de Saúde quando apresenta que uma política promotora do Envelhecimento Ativo deve assentar em três pilares: a saúde; a participação e a segurança (WHO, 2002).

Para terminar, dentro do enquadramento legal que estamos a apresentar, importa também salientar a existência, na Constituição da República Portuguesa, de um artigo

² Decisão n.º940/2011/UE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 14 de Setembro de 2011 sobre o Ano Europeu do Envelhecimento Ativo e da Solidariedade entre as Gerações (2012)

referente a esta temática. Desta forma e passamos a citar o n.º1 do artigo 72.º da CRP “as pessoas idosas têm direito à segurança económica e a condições de habitação e convívio familiar e comunitário que respeitem a sua autonomia pessoal e evitem e superem o isolamento ou a marginalização social”. Também no n.º 2 do mesmo artigo é referido que “a política de terceira idade engloba medidas de carácter económico, social e cultural tendentes a proporcionar às pessoas idosas oportunidades de realização pessoal, através de uma participação ativa na vida da comunidade” (Barreiros, 2012).

Concluindo, sugere-se outra forma de “pensar no envelhecimento ativo ao longo da vida, numa atitude mais preventiva e promotora de saúde e da autonomia, encarando-o não como uma ameaça mas como algo positivo” (Bernardo, 2014, p.58-59).

Após a revisão teórica desta temática, de seguida, são apresentados alguns dados relativos à evolução e tendências do envelhecimento e o impacto demográfico do mesmo. Não só a nível nacional, mas também a nível europeu com base em valores de apresentados pela Direção Geral de Saúde, em 2004, que resultam de um conjunto de interpretações feitas pela mesma.

1.3. Evolução e Tendências em Portugal e na Europa

O envelhecimento da população na União Europeia, apesar de não ser o foco desta investigação, é de importância tal que decidimos aqui, de forma geral, apresentar alguns dados que consciencializem e situem o leitor para este paradigma. Para que consigamos constatar e demonstrar que “o processo de envelhecimento tem profundas implicações na estrutura etária da população, que por sua vez, gera significativas alterações nas necessidades sociais e na atividade económica e Política” (Direção Geral da Saúde [DGS], 2014, p.18).

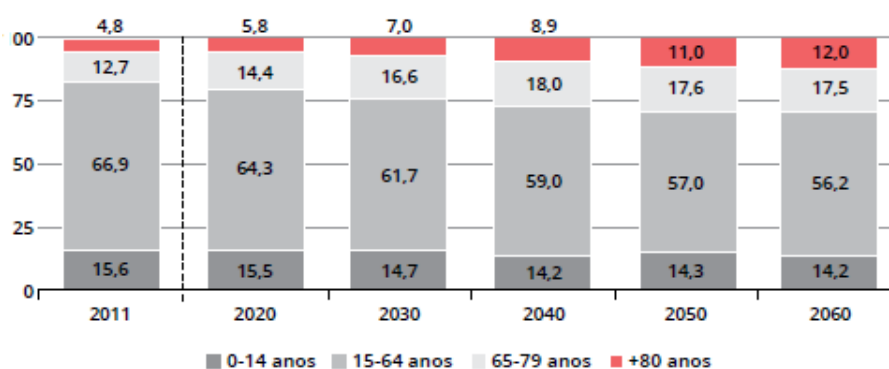
Assim, de seguida, apresentamos um quadro, resumido e adaptado, que explicitamente demonstra a evolução da estrutura etária da população, subdividida em três grandes grupos etários, dos 0-14 anos; dos 15-64 anos e dos 65 ou mais anos:

Quadro n.º 1 – Estrutura etária da população, por grandes grupos etários, UE 27, (1991-2011)
(% da população total)

	0-14 anos		15-64 anos		65 ou mais anos	
	1991	2011	1991	2011	1991	2011
EU-27	19,3	15,6	66,8	66,9	13,9	17,5
Bélgica	18,1	17,0	66,8	65,9	15,0	17,1
Bulgária	20,1	13,2	66,5	68,3	13,4	18,5
República Checa	21,1	14,5	66,3	69,9	12,6	15,6
Dinamarca	17,0	17,9	67,4	65,3	15,6	16,8
Holanda	18,2	17,5	68,9	67,0	12,9	15,6
Áustria	17,5	14,7	67,5	67,7	15,0	17,6
Polónia	24,9	15,2	64,9	71,3	10,2	13,5
Portugal	20,0	14,9	66,4	66,0	13,6	19,1
Romania	23,3	15,1	66,2	70,0	10,6	14,9
Eslovénia	20,6	14,2	68,6	69,3	10,8	16,5
Eslováquia	25,1	15,4	64,6	72,0	10,4	12,6
Finlândia	19,3	16,5	67,2	66,0	13,5	17,5
Suécia	18,0	16,6	64,2	64,9	17,8	18,5
Reino Unido	19,1	17,5	65,2	65,9	15,8	16,7

Fonte: DGS, Direcção-Geral da Saúde (2014). Portugal Idade Maior em Números - 2014: A Saúde da População Portuguesa com 65 ou mais anos de idade. Lisboa.

Como também podemos constatar, de seguida, “embora a esperança de vida tenha aumentado nos últimos dois anos, as alterações demográficas ocorridas em Portugal e na Europa, refletem-se a curto e médio prazo” (DGS, 2014, p. 23). Assim, é nos apresentado um gráfico de uma projecção que se traduz “numa população com uma estrutura cada vez mais idosa, a idade média da população total tende a aumentar em todos os países” (DGS, 2014, p.23) —



(1) 2011, dados provisórios; dados de 2020-2060 são projeções (EUROPOP2010 Cenário de convergência)

Figura n.º 1 – Estrutura da população, por grandes grupos etários, UE-27, 2011-2060 (% da população total)

Fonte: DGS, Direcção-Geral da Saúde (2014). Portugal Idade Maior em Números - 2014: A Saúde da População Portuguesa com 65 ou mais anos de idade. Lisboa.

Podemos constatar então que a proporção de jovens (com idades entre 0-14) deverá manter-se relativamente constante em 2060, enquanto os de idade compreendida entre os 15-64 anos tornar-se-á uma parcela substancialmente menor, caindo de 67% para 56%, ao passo que a classe mais idosa, dos +80 anos, irá aumentar significativamente, passando de 4,8% para os 12%.

Este declínio da natalidade e fecundidade conjugado com um aumento da capacidade de sobrevivência e conseqüente aumento da idade média, têm, em conjunto, aumentado exponencialmente as tendências de envelhecimento (Fernandes, 2008).

Centrando agora esta evolução estritamente no contexto português, iremos apresentar e analisar os resultados das operações levadas a cabo na GNR denominadas por “Censos Sénior” desde o ano 2012 até ao ano de 2015, sendo que a primeira Operação foi em 2011, tendo sido identificados 15596 idosos sozinhos/isolados.

Analisados os dados que a GNR forneceu no seu site institucional, de seguida apresentamos a evolução do paradigma sinalizado pela GNR a nível nacional, nos anos supra referidos.

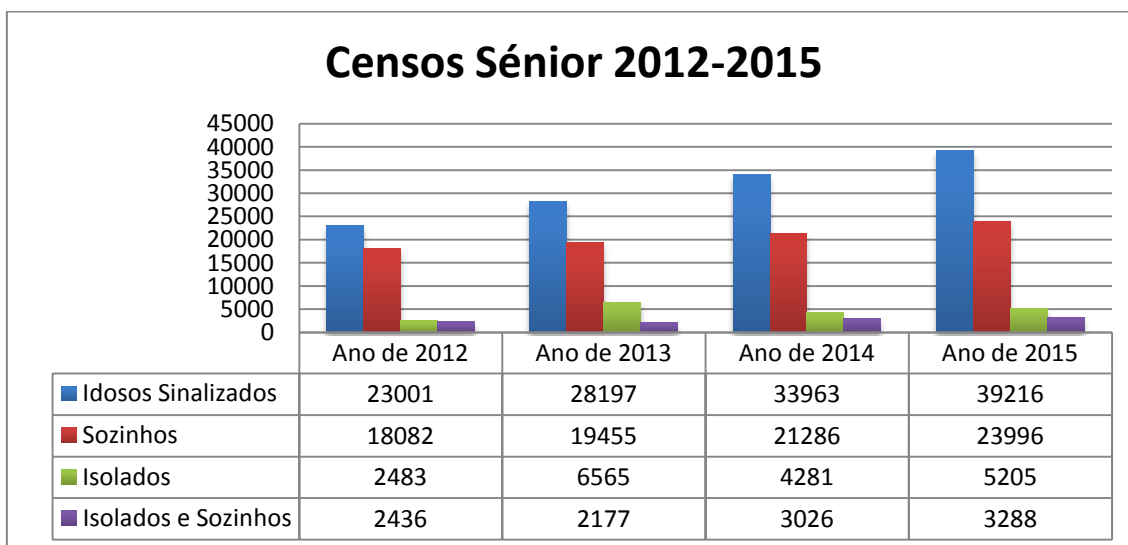


Figura n.º 2 – Resultados da Operação “Censos Sénior” de 2012-2015

Fonte: Site institucional da Guarda Nacional Republicana: www.gnr.pt³

Destes dados, podemos salientar logo à partida, o contributo desta operação no aumento do número de idosos sinalizados que passa de 23001 em 2012, para no ano 2015,

³ Análise dos dados e elaboração do gráfico são da responsabilidade do Autor

chegar aos 39216 idosos que foram sinalizados, materializando assim um aumento de 16215 sinalizações.

Outro ponto que se destaca é aumento de pessoas idosas a viver sozinhas de 2012 até 2015. Tendo começado por ser sinalizados 18082 idosos a viver sozinhos, em 2012 e em 2015 terem chegado aos 23996 nesta condição.

Por fim, os dados relativos aos idosos isolados, isolados e sozinhos, são, simultaneamente os que apresentam uma maior irregularidade, por não podermos afirmar que existe, desde 2012 um aumento gradual dos mesmos.⁴

1.4. Segurança

Atualmente, a conjuntura internacional tem sofrido profundas alterações que são resultado da proliferação dos países de Leste, das tendências que cada vez mais surgem bem estruturadas e capazes de se inserir em qualquer realidade. O facto de a ameaça não ser agora facilmente identificável, origina novos riscos e perigos. Assim, é exigido aos Estados que se preocupem em conseguir confrontar estes novos desafios, adequando, adaptando e fortalecendo mecanismos de resposta (Garcia, 2006).

Como podemos constatar, “a violência assume contornos multifacetados ao longo da história da humanidade, tendo uma grande influência nas relações sociais e na qualidade de vida da população, tanto no âmbito individual como no comunitário” (Fonseca, 2013, p.24).

O conceito de segurança também sofreu modificações, sendo estas resultado “essencialmente da turbulência e da instabilidade originadas pela simultaneidade dos movimentos globalizante e individualizante” (Garcia, 2006, p.339).

A abordagem ao conceito de segurança, nos dias que correm, exige, por parte de quem a faz, uma visão abrangente. Não é possível abdicar da dimensão da defesa que lhe está inerente, mas também de outras áreas como, a política, a economia, a diplomacia, a saúde, o ambiente, entre outros. Deve então, quando se aborda este tema, salientar-se a cooperação que existe entre todos estes domínios e, cumulativamente, reunir esforços entre eles para combater os riscos e ameaças que ocorrem mundial e quotidianamente (Silva, 2010).

⁴ Vide Anexo B onde se encontram atualizados os dados da Operação Censos Sénior, de acordo com os dados de 2016

Com isto, “a segurança passou assim a ter interesses além dos vitais, por vezes materializados longe da base territorial dos Estados” (Garcia, 2006, p.339) como é possível constatar também através da “novidade do século XXI, a guerra do ciberespaço que ainda há poucos anos parecia ficção científica, é já hoje um campo de batalha real e muito perigoso” (Leandro, 2009, p.150).

Por existir num novo quadro de instabilidade e incerteza “a segurança assume um novo conceito, abrangendo não só a segurança individual ou nacional mas sim a segurança global, motivando a redefinição dos sistemas de informações e o papel das forças e serviços de segurança” (Amaro, 2008, p.87).

A GNR, enquanto “força de segurança, de natureza militar, constituída por militares organizados num corpo especial de tropas e dotada de autonomia administrativa”⁵, como vem descrito na sua Lei Orgânica, e funcionando como “modo de atuar da autoridade administrativa que consiste em intervir no exercício das atividades individuais suscetíveis de fazer perigar interesses gerais, tendo por objeto evitar que se produzam, ampliem ou generalizem os danos sociais que as leis procuram prevenir” (Caetano, 2004, p.1150) deve, assim, continuar a constituir-se como uma força capaz de responder às solicitações que lhe são feitas de uma forma eficaz e eficiente através da adaptação e atualização e coordenação de procedimentos, como vem descrito na Lei de Segurança Interna onde são elencados “os deveres gerais e especiais de colaboração”⁶ para com as FSS, distinguindo três categorias: os cidadãos, em geral e os funcionários na aceção do CP e do CPP – que têm um dever especial de colaboração, distinguindo nestes ainda os militares” (Moleirinho, 2012, p.25).

1.5. Policiamento de Proximidade

Porfiando a ideia da alteração de paradigma à escala mundial e da necessidade de adaptar mecanismos de resposta, tem sido anunciado que “as estratégias de repressão policiais não são as mais eficazes no que diz respeito à pequena e média criminalidade. A necessidade de um modelo de policiamento diferente, eficaz e preventivo tornou-se emergente na manutenção da paz em sociedade” (Vasco, 2014, p.6).

Desta forma, no âmbito policial, “a expressão proximidade deve ser entendida numa lógica de proximidade social e de cooperação com outros atores sociais, traduzir-se em medidas concretas conducentes a manter a paz social” (Alves, 2007, p.6) para que o

⁵ Cfr. Art.º 1.º da Lei 63/2007, de 6 de novembro

⁶ Cfr. Art.º 5.º, n.º2, da Lei n.º53/2008, de 29 de agosto

policciamento não seja visto como uma demonstração de força mas sim para conquistar uma visibilidade institucional através do conhecimento e diálogo constante com todos aqueles com quem trabalha e lida diariamente (Alves, 2007). Com o intuito de “não só, no solucionar dos problemas há muito existentes mas, particularmente, evitar a eventualidade dos mesmos através de uma atuação preventiva em acordo com a comunidade” (Fonseca, 2013, p.8).

Responsáveis pelo aparecimento deste tipo de policiamento são nomeados “os países anglo-saxónicos, detentores de sistemas policiais descentralizados, que, nos anos setenta, adotaram as primeiras pequenas reformas organizacionais, utilizando o pressuposto do policiamento comunitário ou de proximidade” (Vasco, 2014, p.5) neste contexto, “a ideia de proximidade reflete uma necessidade de descentralização e aproximação aos cidadãos, por parte das instituições estatais, caracterizadas por uma estrutura de cariz vertical, com o poder de decisão a emanar diretamente do Estado” (Ferreira, 2014, p.3).

Este modelo de policiamento surge depois da reforma da polícia em Inglaterra no século XIX, liderada por Sir Robert Peel. Em 1829 é criada uma força policial cuja finalidade era apostar na prevenção através da aproximação entre a polícia e o povo. Já nesta altura existia uma gradual utilização da força, sendo que o uso coercivo da mesma era já tomado como uma medida de atuação extrema (Dinis, 2012).

Desta forma, surge como que uma “conceção cidadã da segurança, não só porque põe a defesa dos direitos dos cidadãos como primeira prioridade, mas também porque eles devem ser atores do seu próprio destino” (Copeto, 2011b, p.55). Resultado também da necessidade de um modelo de atual que apostasse na prevenção. Surgiu naturalmente com o evoluir das sociedades e para a manutenção da paz e tranquilidade públicas dentro das mesmas (Vasco, 2014).

Assim sendo, podemos afirmar que o conceito de proximidade está intimamente ligado com a existência e necessidade de um desenvolvimento integrado pois “a expressão proximidade deve remeter-nos sempre ao conceito de parceria, de conjugação de esforços e de recursos para alcançar objetivos que, de outra forma, dificilmente se atingiriam” (Alves, 2007, p.5) é assim também que “o patrulheiro tem um contacto direto com a comunidade, e é este o patrulhamento entendido como o mais apropriado no policiamento das localidades” (Dinis, 2012, p.16).

O policiamento de proximidade surge então não só como “uma prática de policiamento diferente ou alternativo, mas sim toda uma alteração do paradigma de

atuação e de uma organização na sua relação com o meio envolvente” (Lisboa & Teixeira Dias, 2008 citado em Vasco, 2014, p.6) visto que “o que a polícia faz afeta, fundamentalmente, a vida dos cidadãos” (Bailey, 2006, p.17).

Como refere Pona (2010, p.10), este policiamento exige que “as Forças de Segurança que o execute, conheça o território, que seja conhecida pelos seus habitantes, de tal forma que pelos seus métodos de trabalho e implementação no terreno, permita uma proximidade da população”.

É portanto “um modelo que não é indissociável do normal modelo de policiamento sendo, antes, um seu complemento. Assim, uma atuação pró-ativa permite aumentar o sentimento de segurança do cidadão” (Copeto, 2011a, p. 50).

Após isto, e para concluir esta parte do capítulo, torna-se facilitada a tarefa de conseguir extrair uma definição abrangente de policiamento de proximidade. Que surge então como todo um serviço de caráter preventivo que, englobando mecanismos que aproximam as forças de segurança dos cidadãos, se fazem reconhecer. Assim, através da sua presença assumem-se como um agente dissuasor no que toca à pequena e média criminalidade. Outro fator característico deste policiamento é a capacidade de resposta a várias ocorrências, sendo que a visibilidade que assumem diariamente; a flexibilidade no trato social onde se inserem e as relações de confiança que materializam, se constituem como a sua maior ferramenta de trabalho, visto que “um policiamento de proximidade efetivo e sustentado requer a efetivação de parcerias, a reorientação do serviço para as reais necessidades da comunidade e a valorização da função do patrulheiro que tem capacidades e é empreendedor de projetos” (Alves, 2007, p.25).

Conclui-se então que o cerne da questão está em conseguir “mobilizar os cidadãos a colaborar na segurança de todos, incentivando-os à participação através do exemplo diário de empenho e de profissionalismo de cada militar da GNR, numa clara demonstração que vale a pena acreditar, confiar e apoiar o nosso trabalho” (Copeto, 2011a, p.48-49)

Nos últimos anos, tem vindo a apostar-se mais neste tipo de policiamento, através da criação de vários programas para o desenvolvimento do mesmo, como falaremos seguidamente neste trabalho.

CAPÍTULO 2 – GNR: O PROGRAMA IDOSOS EM SEGURANÇA

2.1. Guarda Nacional Republicana – Secção de Programas Especiais

Pelo facto de que “os sistemas policiais não são estáticos, tendem a acompanhar as mudanças sociais e políticas, podendo estar sujeitos a transformações que se produzem de uma forma progressiva” (Vasco, 2014, p.18) pretende-se neste capítulo apresentar e enquadrar a evolução dos Programas Especiais desde a sua criação até aos dias que correm.

Resultado da deliberação do Ministério da Administração Interna (MAI) que exigia um maior civismo, transparência, proximidade e um direcionamento do policiamento para os problemas concretos dos cidadãos, é criado em 1992, o Programa Escola Segura, sendo este o primeiro a ser criado, resultado de uma parceria entre o MAI e o Ministério da Educação. Mais tarde, o mesmo daria origem ao Núcleo Escola Segura (NES), que ainda hoje existe (Portugal, 2014).

No entanto, através das alterações que a nova Lei Orgânica (LO), que entrou em vigor a 1 de Janeiro de 2009, os NES passaram a denominar-se de Núcleos de Programas Especiais (NPE). Um ano mais tarde, em 2010, estes NPE passaram a chamar-se Secção de Programas Especiais (SPE), que integram o NES, o Núcleo Idosos em Segurança (NIS) e o Núcleo de Comércio Seguro (NCS) (Copeto, 2011a).

Em função desta realidade, e resultado da mesma, foram criadas “as Secções de Programas Especiais (SPE) nos Destacamentos Territoriais, e a Repartição de Programas Especiais na Divisão de Emprego Operacional da Direção de Operações, no Comando Operacional da GNR” (Copeto, 2011a, p.49).

Aos Programas Especiais são afetos militares que exclusivamente realizam e levam a cabo as atividades que cada núcleo executa. Sendo que em 2011, existiam “afetos em exclusividade 237 militares, constituídos em 81 SPE, que dependem organicamente dos Destacamentos Territoriais” (Copeto 2011a, p.50) sendo também de salientar que sempre que haja necessidade, são auxiliados e pelos militares que pertencem não só aos Postos Territoriais e aos Destacamentos de Trânsito, mas também pela Unidade de Intervenção

(UI), pela Unidade de Segurança e Honras de Estado (USHE) e pela Escola da Guarda (EG) (Copeto, 2011a).

Ainda como resultado das alterações impostas pela nova LO, a então criada Repartição dos Programas Especiais abarcou as seguintes competências:

- “Estudar e apresentar propostas de organização dos programas especiais da GNR;
- Elaborar, difundir e assegurar a coordenação do cumprimento das diretivas e orientações relativas à prevenção criminal, policiamento de proximidade e segurança comunitária e programas especiais, designadamente no âmbito da violência doméstica, do apoio e proteção de menores, idosos e outros grupos especialmente vulneráveis ou de risco;
- Coordenar, supervisionar e elaborar os dados estatísticos relativos à atividade desenvolvida no âmbito dos programas especiais;
- Planear, e coordenar a execução de missões relativas à prevenção criminal, policiamento de proximidade e segurança comunitária e programas especiais;
- Assegurar a ligação da GNR às instituições e organismos parceiros nos vários programas especiais” (Copeto, 2011a, p. 51).

Consequentemente, têm sido vários os programas que a GNR tem produzido que “embora abrangendo diversas áreas, têm subjacente a mesma filosofia” (Copeto, 2011a, p.52) entre eles, o “Abastecimento Seguro”; “Táxi Seguro”; “Farmácia Segura”; “Azeitona Segura” e o “Projeto Residência Segura”, entre outros. Assim, de forma especializada e/ou partilhada, são implementados um vasto número de programas especiais que surgem com o intuito último de dar respostas às necessidades de segurança das populações e que servem de forma conjunta, para o aumento da visibilidade da Guarda. Como elemento fulcral no fortalecimento da confiança e proximidade, junto dos cidadãos (Copeto, 2011a).

2.1.1. O NIS: “Apoio 65 - Idosos em Segurança”

Este programa surge como projeto do MAI, através do Despacho Ministerial n.º56/96, de 21 de Outubro, que assenta o desenvolvimento do mesmo segundo os seguintes objetivos:

- “Garantir o reforço da segurança dos idosos que vivem isolados;
- Apoiar todos os idosos, principalmente os que vivem isolados;
- Conhecer a sua situação na zona de ação da GNR;
- Intensificar a proximidade aos idosos isolados;
- Sensibilizar adequadamente os idosos para os diferentes tipos de criminalidade que sobre eles incidem com maior frequência;
- Garantir as condições para que os idosos se sintam protegidos;
- Ser diligente no atendimento pessoal ou telefónico;
- Apoiar os idosos nas suas necessidades”

sendo que, os objetivos deste programa são atingidos “com base no conhecimento da realidade das pessoas idosas e num apoio personalizado, garantindo-lhes segurança e sensibilizando-as para a adoção de comportamentos que evitem ou reduzam eventuais práticas criminosas” (Copeto, 2011a, p. 51).

Os militares que estão responsáveis por este programa, cuja NEP 3.58, presente em anexo, define quais as suas funções, “com o auxílio dos militares dos postos territoriais, fazem um registo daqueles idosos que vivem em locais isolados ou sem companhia” (Barreiros, 2012, p.24). Importa ainda referir que, anualmente, é realizada “uma ação denominada “Operação Idosos em Segurança”, executada em simultâneo em todo o território nacional e ilhas, que decorre dos dias 15 de Outubro a 15 de Novembro” (Copeto, 2011a, p. 51).

Nos últimos anos, desde 2011, de salientar a “Operação Censos Sénior” que a GNR levou avante e que tem contribuído para o levantamento e “identificação os idosos que vivem sozinhos e/ou isolados” (Barreiros, 2011, p.24) como já foi graficamente apresentado no capítulo anterior.

CAPÍTULO 3 – METODOLOGIA

3.1. Tipo de abordagem

Cada abordagem revela uma visão diferente da mesma realidade. Assim, existem diferentes linhas de pensamento que observam e se complementam no estudo da mesma realidade social. Conjugando esses mesmos pontos de vista, capacita-se o investigador a obter uma melhor, mais rica e mais substantiva visão acerca de um fenómeno; uma matriz concetual mais completa e um entendimento mais profundo dos conceitos teóricos adjacentes (Berg, 2001).

Como foi já referido, a investigação debruçar-se-á sobre o Programa Idosos em Segurança, com o intuito de conhecer qual a sua influência direta na vida dos idosos que pelo mesmo são abrangidos.

Importa ainda referir que “o método científico é um conjunto de procedimentos e normas que permitem produzir conhecimento. Este conhecimento pode ser completamente novo ou ser o desenvolvimento, a reunião ou o melhoramento de um ou vários conhecimentos já existentes” (Sarmiento, 2013, p.7).

Desta forma, o presente trabalho fundamenta-se numa investigação aplicada sendo que se pretende “compreender melhor os significados de um acontecimento ou de uma conduta, a fazer inteligentemente o ponto de situação, a captar com maior perspicácia as lógicas de funcionamento (Quivy & Campenhoudt, 2008, p.2).

3.1.1. Quanto aos objetivos

Relativamente aos objetivos, estamos perante uma investigação que se realiza em torno do método descritivo. Este método, é habitualmente característico dos trabalhos que “procuram especificar as propriedades importantes das pessoas, grupos, comunidade ou qualquer outro fenómeno que seja submetido a análise. Avaliam diversos aspetos, dimensões ou componentes do fenómeno ou fenómenos a investigar” (Vilelas, 2009 citado em Santos, 2015, p.26).

Singularmente, neste trabalho que aqui se apresenta, como já foi referido, temos como finalidade perceber como é desenvolvido, posto em prática e visto pelos idosos, o Programa Idosos em Segurança, no concelho de Sintra, visto que “ao submetermos este fenómeno a análise, procuram-se especificar determinados aspetos que nos permitem avaliar certas componentes do fenómeno” (Santos, 2015, p.26).

3.1.2. Quanto ao procedimento

Estamos então perante um trabalho que assenta num Estudo de Caso pois “com este procedimento supõe-se que se pode adquirir conhecimento de um fenómeno estudado a partir da exploração intensa de um único caso” (Ventura, 2007, p.384) através de “um plano de investigação que envolve o estudo intensivo e detalhado de uma entidade bem definida: o caso” (Coutinho, 2002, p.223) que nesta investigação se materializa no trabalho desenvolvido pela Seção de Programas Especiais (SPE) do Destacamento Territorial de Sintra (DTER Sintra).

Em consonância com os objetivos estabelecidos e formulação da QP já anteriormente apresentada:

QP — Qual a pertinência e visibilidade do Programa Idosos em Segurança na população afeta ao Destacamento Territorial de Sintra?

Surgem, neste sentido e para dar resposta à questão de partida, que irá balizar toda a investigação, as seguintes questões derivadas (QD):

QD1 — Qual o impacto deste programa na vida dos idosos?

QD2 — Qual a visibilidade que a Guarda Nacional Republicana ganha com o PIS?

QD3 — Conseguem as SPE responder às solicitações que lhe são feitas?

QD4 — Seria importante existir uma formação específica para os militares que integram o NIS?

3.1.3. Quanto à lógica da investigação

No que concerne à lógica da investigação, confrontamo-nos com um estudo de raiz hipotético-dedutiva.

Em virtude das questões levantadas, foram formuladas as hipóteses que em seguida se apresentam:

H1 — Os idosos sentem-se seguros com a presença da GNR;

H2 — Existe, por parte das entidades externas, reconhecimento do trabalho desenvolvido pela GNR;

H3 — A escassez de recursos humanos e materiais constitui-se como um entrave ao trabalho dos militares da SPE do DTer de Sintra;

H4 — Existe já uma linha orientadora de formação e está a ser implementada.

Destarte, com o propósito de testar estas hipóteses, através da sua definição e com base na revisão de literatura, foi utilizado um método hipotético-dedutivo que se inicia com a “formulação de um problema e com a sua descrição clara e precisa, a fim de facilitar a obtenção de um modelo simplificado e a identificação de outros conhecimentos e instrumentos, relevantes ao problema, que auxiliarão o investigador no seu trabalho” (Prodanov & de Freitas, 2013, p.32). Nunca esquecendo que a formulação de hipóteses “não leva à certeza total, pois o conhecimento absolutamente certo e demonstrável não é alcançado” (Sarmiento, 2013, p.9).

3.1.4. Quanto à natureza

Após tratada a revisão da literatura e tendo em consideração os objetivos a que nos propusemos inicialmente, decidimos realizar uma abordagem mista, sendo esta adjetiva por se tratar, esta investigação, de uma abordagem maioritariamente qualitativa que se traduz numa “ferramenta da pesquisa social para entender o mundo e produzir conhecimento sobre ele” (Kerlinger & Rotundo, 1980, p.12). No entanto, minoritariamente, também se realiza uma abordagem quantitativa, com recurso a dados estatísticos já existentes e como forma de analisar os questionários que foram criados e que se “efetivou através da recolha documental, teve a vantagem de permitir a obtenção de dados com grande objetividade” (Barreiros, 2012, p.25).

O método qualitativo, normalmente produz descrições, como certas expressões pessoais que refletem como determinado assunto é vivido no mundo social em que se insere (Berg, 2001). No entanto, é importante não esquecer que segundo Patton (2002), uma análise qualitativa não exclui obrigatoriamente o raciocínio dedutivo, como já se pôde constatar.

Pretende-se então “desvendar a intenção, o propósito da ação, no sentido de obter informações das pessoas e do meio envolvente que influenciam o significado e o valor de cada situação para os sujeitos intervenientes” (Bernardo, 2014, p.71) pois “existem

determinadas experiências que não podem ser expressas significativamente através de números” (Berg, 2001, p.3)⁷.

Visto estarmos a abordar um assunto algo complexo, pensamos que “para a investigação destas novas problemáticas as metodologias qualitativas podiam dar importantes contributos complementando as abordagens quantitativas tradicionais” (Coutinho, 2002, p.222).

Esta metodologia em concreto atribui ao investigador grande responsabilidade pois toda a recolha de informação, tratamento e enquadramento da mesma é da sua competência visto que “os comportamentos humanos são fortemente influenciados pelos contextos onde ocorrem, não sendo possível compreendê-los sem entender os quadros de referência no âmbito dos quais os participantes exibem e interpretam os seus pensamentos, sentimentos e atitudes” (Vieira, 2011 citado em Bernardo, 2014, p.71).⁸

⁷ Tradução livre feita pelo Autor

⁸ Vide Apêndice A, onde consta o Desenho de Investigação utilizado

CAPÍTULO 4 – MÉTODOS E MATERIAIS

4.1 Contexto de observação

A realidade que irá ser estudada nesta investigação será a que está adstrita ao DTer de Sintra. Pelo facto de se tratar de um Estudo de Caso, é de relevante importância, antes de iniciarmos o mesmo, conhecermos, minimamente, a zona a estudar.

O concelho de Sintra, do distrito de Lisboa, localiza-se na Grande Lisboa Norte. Situa-se na vertente norte da serra de Sintra a 206 metros de altitude e dista cerca de 30 km da capital. O concelho é limitado a Sul pelos concelhos de Oeiras e Cascais, a Este pelos concelhos da Amadora e Loures, a Oeste pelo oceano Atlântico e a Norte pelo concelho de Mafra. Sintra ocupa uma área de 319,5 km², na qual se distribuem 17 freguesias.

Após esta breve contextualização, começamos por nos organizar com o pessoal da SPE do DTer de Sintra, na pessoa do Capitão Ribeiro e do Cabo-Chefe Augusto, por forma a decidir que instituições externas à Guarda poderíamos entrevistar, com o intuito destas nos darem o contributo fiável que pretendíamos, pelas boas relações já existentes. Assim, a meio do mês de abril, iniciámos visitas a diversas instituições, não só para encontrar idosos que as frequentem, para aplicar os questionários, mas também para reunir com a direção das mesmas a fim de realizar as entrevistas já planeadas.⁹ Adiante no trabalho, estarão esplanadas as entrevistas realizadas, bem como as datas das mesmas e, em apêndice, a sua transcrição e análise.

4.2. Procedimentos e técnicas de recolha de dados

Porque investigar implica “interpretar ações de quem é também intérprete, envolve interpretações de interpretações — a dupla hermenêutica em ação.” (Coutinho, 2014, p.15), nesta investigação, privilegiámos dois tipos de procedimentos. Inicialmente, a realização de inquéritos e aplicação dos mesmos ao maior número de idosos que conseguimos reunir. Seguidamente, a outra técnica que julgamos ter dado primazia ao trabalho, foi a aplicação

⁹ Vide Apêndice C

de entrevistas a todos os atores que desempenham um papel fulcral no desenvolvimento deste programa e acompanhamento dos idosos adstritos ao DTer de Sintra. De seguida, analisaremos cada procedimento mais pormenorizadamente.

4.2.1. Entrevistas

No período de 21 de abril a 4 de maio de 2016, conduziram-se várias entrevistas. Este método tornou-se preponderante na realização deste trabalho pelo facto de nos permitir ter uma *noção pessoal e institucional* de cada um dos atores que contribuem, à sua maneira, para o desenvolvimento de uma política de acompanhamento dos idosos.

Desta forma, a entrevista em si ganha bastante relevância visto que “as entrevistas e os métodos complementares ajudam o investigador a contactar com a realidade vivida pelos atores sociais” (Quivy e Campenhoudt, 2008, p. 9). Podemos ainda afirmar que aquilo que as pessoas dizem e a descrição que fazem da realidade onde se inserem, se constitui como a essência das interpretações qualitativas, expressas nas entrevistas (Patton, 2002).

As entrevistas, no entanto, não surgem com o objetivo de “verificar hipóteses, nem recolher ou analisar dados específicos, mas sim abrir pistas de reflexão” (Quivy e Campenhoudt, 2008, p. 11) com isto, tornam-se “um dos mais poderosos meios para se chegar ao entendimento dos seres humanos e para a obtenção de informações no mais diversos campos” (Amado, 2009 citado em Bernardo, 2014, p.74).

Após o contacto inicial com o Comandante de Destacamento de Sintra e o Coordenador da SPE desse mesmo Destacamento, conseguimos reunir informações acerca de quais as instituições externas que poderíamos entrevistar por forma a conseguirmos “reunir também os testemunhos que têm para nos oferecer os profissionais pertencentes a diversas entidades públicas e privadas que, no seu quotidiano, lidam de perto e têm uma palavra a dizer” (Barreiros, 2012, p.30-31).

Com o intuito de conseguirmos materializar estas entrevistas e por querermos ouvir pessoas de diferentes ambientes profissionais, criámos guiões de entrevista¹⁰ diferentes para cada um desses universos. Foi também elaborada uma carta de apresentação¹¹ na qual se fez uma breve contextualização do trabalho em questão e se deu a conhecer a importância do contributo das demais entidades entrevistadas.

¹⁰ Vide Apêndice C

¹¹ Vide Apêndice B

Ao iniciar as entrevistas, foi perguntado se haveria algum incómodo na gravação áudio¹² das mesmas, visto que tal se constitui como prova da sua veracidade e impede que a sua transcrição sofra algum tipo de desvio indesejado.

As entrevistas aplicadas assentaram numa perspetiva semi-diretiva visto que o “entrevistado responde às perguntas do guião, mas também pode falar sobre outros assuntos relacionados” (Sarmiento, 2013, p.18).

Findas as entrevistas, foram transcritas informaticamente e entregues via correio eletrónico aos seus interlocutores, com o intuito de estes verificarem a mesma e poderem corrigir eventuais lapsos que considerassem.

Para concluir esta parte da investigação, fez-se uma análise qualitativa das mesmas por forma a “satisfazer harmoniosamente as exigências do rigor metodológico e da profundidade inventiva, que nem sempre são facilmente conciliáveis” (Quivy e Campenhoudt, 2008, p. 227). Pelo facto de serem entrevistas semi-diretivas e devido à limitação de páginas que nos é exigida, não se encontram, no corpo do trabalho, transcritas na íntegra as entrevistas que foram realizadas.

4.2.2. Questionários

Os inquéritos por questionário foram realizados, consoante a disponibilidade das instituições escolhidas, por forma a conseguir-se reunir o maior número de pessoas possível. A opção de inquirir os idosos que, quotidianamente lidam com a presença da Guarda Nacional Republicana, constitui-se como uma mais-valia para percebermos quais os efeitos do trabalho desenvolvido neste âmbito e de que forma afeta a vida dos mesmos. Desta forma, “objetivam dar ao público e ao investigador um conhecimento da situação real, atual, do problema estudado” (Lakatos, 2003, p.170).

A “aplicação de questionários como instrumentos de investigação revela-se de grande utilidade e grande fiabilidade quanto aos resultados obtidos” (Lopes, 2010, p.43) por permitir recolher as opiniões dos inquiridos e facilitam a análise desta realidade e a consequente verificação ou refutação das hipóteses que foram criadas.

¹² Através da Aplicação “Notas de voz”, num Apple iPad Mini 2

4.3. Caracterização da amostra

As entrevistas que se realizaram durante o período acima descrito tiveram como principais intervenientes os que, de seguida, na tabela abaixo, se apresentam.

Dos dois universos existentes, os militares da Guarda e os órgãos das entidades externas estas foram as entidades selecionadas, entre muitas outras, com base no trabalho expressamente desenvolvido e com alguma relevância e consistência. Assim, resultado do bom trabalho que profissionalmente têm vindo a desenvolver com a GNR, foram tidas em conta para serem as entrevistadas.

Relativamente à amostra dos idosos inquiridos, conseguimos reunir um número de sessenta idosos, dividimos por duas instituições. A Associação Juventude e 3ª idade de Alcabideche e o Centro de Convívio de São Miguel da Santa Casa da Misericórdia que prontamente se disponibilizaram para colaborar na investigação. No entanto o número ficou um pouco abaixo do que inicialmente tínhamos pensado. Mesmo assim, não se revela de diminuto valor o número que se apresenta, pelo facto de, num Estudo de Caso, não se pretender fazer generalizações e também por considerarmos que, pelo facto de existir um caso problemático, este já se deve constituir como um dado sujeito a análise e por isso, deve ser tido em conta.

Quadro n.º 2 – Caracterização da amostra

Entrevista n.º	Nome	Entidade	Função
1	Rogério Copeto	Guarda Nacional Republicana	Tenente-Coronel, Chefe da Divisão de Ensino do CDF
2	Jorge Cardoso	Guarda Nacional Republicana	Capitão, Chefe da Repartição de Programas Especiais
3	Bruno Ribeiro	Guarda Nacional Republicana	Capitão, Cmdt do DTer de Sintra
4	Luís Augusto	Guarda Nacional Republicana	Cabo-Chefe, Coordenador SPE Dter de Sintra
5	Carlos Sousa	Guarda Nacional Republicana	Cabo, Militar da SPE do DTer de Sintra
6	Rui Costa	Junta de Freguesia de Alcabideche	Presidente
7	Carla Nave	Câmara Municipal de Sintra	Psicóloga da Ação Social
8	Paula Gonçalves	Associação Juventude e 3ª idade de Alcabideche	Assistente Social, Direção
9	Áurea Lopes	Centro de Convívio de São Miguel da Santa Casa da Misericórdia	Assistente Social, Direção

Fonte: Elaboração própria

CAPÍTULO 5 – APRESENTAÇÃO, ANÁLISE E DISCUSSÃO DE RESULTADOS

5.1. Análise das Entrevistas

Por forma a conseguirmos esquematizar e a facilitar a análise das respostas dadas pelos entrevistados nas perguntas que lhes foram colocadas, criaram-se as grelhas que de seguida se apresentam. Para cada grupo de entrevistados, destacamos os aspetos que, de entre as suas respostas, julgamos serem os mais pertinentes para responder às questões de investigação.

Entrevistas realizadas ao Tenente-Coronel Copeto; ao Chefe da Repartição de Programas Especiais do Comando-Geral e ao Comandante do Destacamento Territorial de Sintra

Quadro n.º 3 – Respostas à questão n.º 1

Questão n.º 1: Concorda com a atual estrutura e organização dos NIS?

Entrevistado	Principais ideias
E1	— “(...) Acho que estão bem estruturados e enquadrados, os NIS pertencem as SPE dos quais dependem dos DTer, diretamente do Cmdt de DTer (...)”. — “(...) de acordo com aquilo que está estipulado na NEP que regula os programas especiais. (...)”.

Quadro n.º 4 – Respostas à questão n.º 2

Questão n.º 2: Acha que a forma como o trabalho, neste âmbito se está a desenvolver, vai de encontro ao que foi inicialmente definido, aquando da criação deste Programa?

Entrevistado	Principais ideias
E1	— “ (...) Sim, acho que a Guarda inclusivamente está a fazer mais do que inicialmente foi proposto para o Programa Apoio 65 – Idoso em Segurança (...)”. — “ (...) sendo que hoje em dia a GNR já vai muito para além disso (...)”. — “ (...) sem dúvida nenhuma a GNR hoje está a fazer muito mais do que foi estipulado com a implementação do programa (...)”.
E2	— “ (...) Sim. Porém, ele ultrapassa já o que inicialmente foi previsto (...)”. — “ (...) os militares afetos à estrutura dos Programas Especiais passaram a desempenhar, em muitos dos casos sinalizados, a função da família. (...)”. — “ (...) Não nos podemos esquecer que o <i>core business</i> da GNR é a segurança e que não devemos, nem podemos substituir as entidades de segurança social (...)”.

Quadro n.º 5 – Respostas à questão n.º 3

Questão n.º 3: Considera importante existir, por parte dos militares afetos a este programa, uma especialização própria?

Entrevistado	Principais ideias
E1	<p>— “ (...) Os militares que pertencem às SPE já são especialistas (...)”.</p> <p>— “ (...) Poderá ainda não ser considerada uma especialidade conforme existem outras na GNR (...)”.</p> <p>— “ (...) acho que o que falta aqui é dedicar tempo à especialidade dos programas especiais, à semelhança do que já existe como a Proteção da Natureza ou Investigação Criminal (...)”.</p> <p>— “ (...) tem todo o enquadramento para que seja considerado uma especialidade. (...)”.</p>
E3	<p>— “ (...) Sim. Os programas especiais devem ser uma especialidade ainda mais do que outras na Guarda, esta devia ser uma especialidade (...)”.</p> <p>— “ (...) Deveria haver uma formação específica e especializada para esses militares em que todos vão partir do mesmo patamar, como é óbvio vai depender sempre do fator humano, da nossa apetência para este tipo de programas. (...)”.</p> <p>— “ (...) devem ter uma formação específica (...)”.</p>

Quadro n.º 6 – Respostas à questão n.º 4

Questão n.º 4: Quando esteve destacado na Repartição de Programas Especiais, qual a sua perspetiva relativamente aos meios materiais e humanos que os Destacamentos possuem para dar resposta a todas as solicitações desta natureza?

Entrevistado	Principais ideias
E1	<p>— “ (...) uma das grandes preocupações é sempre os recursos humanos e os materiais (...)”.</p> <p>— “ (...) os recursos necessários identificados para um bom desempenho no cumprimento desta missão são os meios humanos em primeiro lugar, necessários e suficientes para dar cumprimento à panóplia de programas especiais existentes na GNR (...)”.</p> <p>— “ (...) verificava-se que havia destacamentos cujos NPE tinham dois militares, eram até a maioria. (...)”.</p> <p>— “ (...) com a entrada da nova LOGNR, estes núcleos começaram a ter um quadro orgânico e com a NEP dos programas especiais são lá identificados que devem ter um mínimo de sete militares (...)”.</p> <p>— “ (...) vem também regular toda essa atividade, no que diz respeito aos meios, dos militares que têm de ser direcionados, prioritariamente, para o cumprimento dos programas especiais e também surge no sentido de serem reforçados (...)”.</p>

Quadro n.º 7 – Respostas à questão n.º 5

Questão n.º 5: Julga que os mecanismos de resposta existentes são suficientes para responder a todas as necessidades dos idosos em qualquer altura do dia?

Entrevistado	Principais ideias
E1	<p>— “ (...) no que diz respeito à GNR, sim (...)”.</p> <p>— “ (...) trabalhamos 24 horas por dia, 365 dias por ano. Somos a única instituição que está no terreno com esta abrangência (...)”.</p> <p>— “ (...) faz falta é existir uma rede local perfeitamente identificada para a qual a GNR possa encaminhar estes idosos que nalgumas situações de emergência e que necessitam de apoio imediato (...)”.</p>
E2	<p>— “ (...) se se refere aos da GNR e tendo em conta os objetivos do Programa Apoio 65 – Idosos em Segurança, a resposta é sim (...)”.</p> <p>— “ (...) à Guarda não cabe responder a todas as necessidades dos idosos em</p>

E2	qualquer altura do dia (...). — “ (...) “Cartão Sénior” que ao ser entregue ao idoso permite disponibilizar um contato direto e imediato com um dos militares da SPE/DTer (...).”
E3	— “ (...) neste momento, já não (...)”. — “ (...) estes programas passam a ser muito visíveis para os OCS é normal que as pessoas solicitem cada vez mais a nossa comparência (...)”. — “ (...) Era benéfico, na minha opinião, à semelhança do que se faz com os animais, temos uma linha SOS, devíamos ter também uma linha especializada no âmbito dos programas especiais. (...)”. — “ (...) tal e qual como acontece com os animais, com a linha SOS Ambiente. É só aplicar esta estratégia aos grupos de pessoas vulneráveis. (...)”.

Quadro n.º 8 – Respostas à questão n.º 6

Questão n.º 6: De que forma é desenvolvido o trabalho de coordenação e verificação das diretivas e orientações emanadas pela Repartição nos diferentes Destacamentos?

Entrevistado	Principais ideias
E1	— “ (...) uma diretiva é uma ordem que os Comandos Territoriais têm de dar cumprimento, (...)”. — “ (...) não há duvida do que é ordenado pelo CGC da GNR é cumprida pelos CTer, (...)”.
E2	— “ (...) as Diretivas são emanadas pela Direção de Operações do Comando Operacional da GNR, competindo à RPE/DEO/DO a sua coordenação, emanando orientações às SOTRP das Unidades (...)”. — “ (...) após o término das Operações determinadas por Diretiva Operacional, os Destacamentos Territoriais preenchem o Mapa de Resultados disponibilizado por aquela diretiva e promovem a elaboração do formulário de lições apreendidas (...)”. — “ (...) Por fim, a RPE agrega todos os dados constantes nos referidos mapas remetidos pelos CTer’s, apresenta-os superiormente e promove a sua divulgação aos OCS através da Divisão de Comunicação e Relações Públicas da GNR (...)”.

Quadro n.º 9 – Respostas à questão n.º 7

Questão n.º 7: Das atividades que têm sido desenvolvidas, quais as que destaca?

Entrevistado	Principais ideias
E1	— “ (...) destaco aquilo que se tem feito ultimamente no âmbito da camada mais vulnerável que são os idosos (...)”. — “ (...) mais concretamente sobre o Censos Sénior e o Apoio aos Deficientes (...)”.
E3	— “ (...) As que mais se destacam é sempre o contacto mais próximo e personalizado que é a visita domiciliária. (...)”. — “ (...) o militar da Guarda, como vai ao local, consegue fazer uma avaliação desse risco, dos perigos que estão ali associados e consegue depois encaminhar aquele idoso (...)”. — “ (...) os censos, por exemplo, é a altura em que nós temos a melhor perceção de risco e de perigo que temos na nossa área de intervenção porque há visita porta a porta (...)”. — “ (...) Tudo o que fazemos, seja concentrado ou desconcentrado, o policiamento de proximidade é fundamental para este tipo de programas funcionarem (...)”.

Quadro n.º 10 – Respostas à questão n.º 8

Questão n.º 8: Concorda que deveriam ser realizadas mais regularmente ações de sensibilização a nível nacional, como o caso dos Censos, por exemplo?

Entrevistado	Principais ideias
E1	— “ (...) acho que aquilo que a GNR faz no âmbito dos programas especiais é o ideal (...). — “ (...) este trabalho não se limita ao cumprimento de orientações ou diretivas (...).”
E2	— “ (...) Não. O número de ações de sensibilização dirigidas à população idosa é suficiente. (...). — “ (...) não terminam com a operação “Censos Sénior” (mês de abril), pois esta atividade é contínua ao longo do ano (...).”

Quadro n.º 11 – Respostas à questão n.º 9

Questão n.º 9: Considera que seria profícuo a existência de uma plataforma de controlo/avaliação das práticas desenvolvidas pelo NIS?

Entrevistado	Principais ideias
E1	— “ (...) esse trabalho é feito com ou sem plataforma (...). — “ (...) as boas práticas têm sido uma área que também tem sido muito desenvolvida na Guarda (...).”
E2	— “ (...) Sim. Esta permitiria implementar localmente um modelo de ação policial ajustado às necessidades e características específicas da população idosa. (...). — “ (...) bem como efetuar o controlo/avaliação das ações desenvolvidas (...).”
E3	— “ (...) A GNR não tem a cultura de colocar no papel a boa prática (...). — “ (...) O facebook tem sido meritório, porque quando há uma ação que correu bem, teve sucesso, tem muito impacto social (...). — “ (...) os comandantes vão aproveitar aquela ideia e vão fazer localmente porque viram que aquilo resultou (...). — “ (...) Temos de por em papel o planeamento, os resultados, as lições apreendidas (...).”

Quadro n.º 12 – Respostas à questão n.º 10

Questão n.º 10: Na sua opinião, como é que é visto o trabalho desenvolvido pela GNR pelas entidades externas e pelos idosos?

Entrevistado	Principais ideias
E1	— “ (...) acho que é a área na GNR que mais tem contribuído para a imagem que hoje a Guarda possui junto da sua população (...). — “ (...) o trabalho dos programas está também nos OCS mas sempre pelos melhores motivos (...).”
E3	— “ (...) é brilhante (...). — “ (...) As instituições já nos fazem imensos pedidos (...). — “ (...) Em termos de reatividade é muito bom (...). — “ (...) Temos tido muitos contactos porque o número que é dado não é o do DTer ou o do posto, é um telemóvel que mantivemos para o coordenador da SPE e as pessoas estão sempre a ligar, sempre que precisam de alguma coisa, ligam sem qualquer problema (...).”

Quadro n.º 13 – Respostas à questão n.º 11

Questão n.º 11: Existe alguma forma de se dar mais visibilidade do trabalho desenvolvido pela GNR?

Entrevistado	Principais ideias
E1	<p>— “ (...) deve ser muito difícil fazer mais e melhor do que aquilo que a GNR tem vindo a fazer (...).”</p> <p>— “ (...) podemos comparar-nos com a nossa congénere, a PSP (...).”</p> <p>— “ (...) acho muito difícil a GNR melhorar, não sendo impossível, há sempre margens para se melhorar (...).”</p> <p>— “ (...) Devemos é sim manter este nível de excelência que conseguimos alcançar, não só internamente mas também internacionalmente (...).”</p>
E2	<p>— “ (...) Não. A GNR divulga todo o trabalho de relevo desenvolvido no âmbito dos programas especiais. (...).”</p> <p>— “ (...) quer na sua página de internet (...).”</p> <p>— “ (...) quer nas diversas redes sociais onde se encontra (...).”</p>
E3	<p>— “ (...) Hoje em dia nos estamos na área das redes sociais e temos militares que não fazem ideia de como trabalhar com estes novos mecanismos (...).”</p> <p>— “ (...) Na ideia de muita gente, o pessoal novo não tem características suficientes, o que é errado (...).”</p> <p>— “ (...) Temos de ir ao pormenor e saber o que é o perfil, tem de haver uma avaliação, de continuidade ou não dos militares e como é que eles devem funcionar (...).”</p>

Quadro n.º 14 – Respostas à questão n.º 12

Questão n.º 12: Consegue identificar eventuais vulnerabilidades ou falhas nas normas que regulam o funcionamento operacional do NIS?

Entrevistado	Principais ideias
E1	<p>— “ (...) Possivelmente a NEP poderia ser revista (...).”</p> <p>— “ (...) a maior vulnerabilidade é ainda não se considerar esta vertente como uma especialidade (...).”</p>
E2	<p>— “ (...) falta de recursos humanos e a necessária formação (...).”</p>
E3	<p>— “ (...) As NEP têm de ser sempre uma coisa muito genérica (...).”</p> <p>— “ (...) pode é ser associada a essa NEP, algumas diretivas. Algumas linhas estratégicas. (...).”</p> <p>— “ (...) em termos mais específicos, para colmatar isto tudo, é a formação. É haver um curso em que se vê, inicialmente se o militar tem perfil (...).”</p> <p>— “ (...) A GNR ia chegar a conclusão que se calhar metade das pessoas que estão nas SPE, não deviam estar (...).”</p> <p>— “ (...) Uma coisa que a NEP tem é o perfil, mas o que é isto do perfil do militar da SPE? O perfil de 2016, qual é? (...).”</p> <p>— “ (...) Temos de acompanhar a sociedade. Chegamos ao ponto de ter idosos a sensibilizar os militares das SPE e não o contrário (...).”</p>

Quadro n.º 15 – Respostas à questão n.º 13

Questão n.º 13: Qual a sua perspetiva relativamente aos meios materiais e humanos que os Destacamentos possuem para dar resposta a todas as solicitações desta natureza?

Entrevistado	Principais ideias
E2	<ul style="list-style-type: none"> — “ (...) a Estrutura dos Programas Especiais não dispõe de momento de todos os recursos (humanos e materiais) necessários (...)”. — “ (...) tendo em conta os recursos que dispõe, desenvolve cada vez mais atividade (...)”. — “ (...) a GNR tem recursos humanos finitos e cada vez mais se aposta em fazer melhor com menos. (...)”. — “ (...) não nos podemos esquecer que os Postos Territoriais não devem ser ainda mais “sangrados” para aumentar os efetivos dos Programas Especiais (...)”.

Quadro n.º 16 – Respostas à questão n.º 14

Questão n.º 14: Julga que existe alguma melhor forma de supervisionar a execução dessas missões que são atribuídas aos Destacamentos?

Entrevistado	Principais ideias
E2	<ul style="list-style-type: none"> — “ (...) Não. A nível dos Comandos Territoriais encontram-se nomeados Oficiais responsáveis pelos Programas Especiais da Unidade (...)”.

Quadro n.º 17 – Respostas à questão n.º 15

Questão n.º 15: Existem protocolos de cooperação com entidades externas à GNR?

Entrevistado	Principais ideias
E2	<ul style="list-style-type: none"> — “ (...) sim. Entre os quais, dirigidos às pessoas idosas, com a Rede de Universidades da Terceira Idade (RUTIS), com a Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV), com a Direção-Geral de Saúde (...)”.
E3	<ul style="list-style-type: none"> — “ (...) A GNR tem vários protocolos. (...)”. — “ (...) A articulação, está tudo centralizado na SPE e a nível de contactos institucionais sabemos quem representa determinada instituição em determinada matéria (...)”.

Quadro n.º 18 – Respostas à questão n.º 16

Questão n.º 16: Os militares têm liberdade de ação ou só desenvolvem ações de sensibilização e controlo se estas forem emanadas pela Repartição de Programas Especiais do Comando-Geral?

Entrevistado	Principais ideias
E3	<ul style="list-style-type: none"> — “ (...) Aqui é 95% de iniciativa do DTer e dos militares da SPE e 5% daquilo que vem da repartição de programas especiais (...)”. — “ (...) é normal que isso aconteça, mal seria se fosse ao contrário (...)”. — “ (...) não é comparável e é natural que isso aconteça (...)”.

Entrevistas realizadas aos militares afetos à SPE do DTer de Sintra

Quadro n.º 19 – Respostas à questão n.º 17

Questão n.º 17: Qual foi o motivo para ter integrado a SPE?

Entrevistados	Principais ideias
E4	— “(...) por convite, feito pelo antigo comandante do Destacamento (...)”. — “(...) também querer ter uma experiência nova (...)”.
E5	— “(...) interesse no serviço a desempenhar a aceitação de convite (...)”.

Quadro n.º 20 – Respostas à questão n.º 18

Questão n.º 18: Considera que a SPE e o trabalho por vós desenvolvido não é bem visto pelos outros militares que não a integram? Se sim, na sua opinião, qual o motivo pelo qual isso se verifica?

Entrevistados	Principais ideias
E4	— “ (...) quem integra a secção, naturalmente, realça o bom serviço que desempenhamos com o pouco efetivo (...)”. — “ (...) de uma maneira geral, nos somos bem auxiliados pelos comandantes dos postos e dos sub-destacamentos e auxiliam-nos no máximo que podem (...)”. — “ (...) há militares que têm outro ponto de vista e naturalmente vêem-nos de uma maneira diferente (...)”.
E5	— “ (...) sim, têm uma ideia, no meu ponto de vista, errada sobre o âmbito dos programas especiais, pouca informação sobre o trabalho desenvolvido e a estruturação existente (...)”.

Quadro n.º 21 – Respostas à questão n.º 19

Questão n.º 19: Qual a maior problemática que os idosos aqui em Sintra atravessam a nível social e de segurança?

Entrevistados	Principais ideias
E4	— “ (...) nós temos alguns idosos a viver isolados, outros a viverem sozinho (...)”. — “ (...) o que fazemos é um acompanhamento maior da nossa parte assim como a sinalização para as entidades oficiais, seja ação social da Câmara, seja Segurança Social ou mesmo com a Junta de Freguesia (...)”.
E5	— “ (...) idosos vivem sozinhos sem retaguarda familiar (...)”.

Quadro n.º 22 – Respostas à questão n.º 20

Questão n.º 20: Que dificuldade sente durante o seu dia de trabalho?

Entrevistados	Principais ideias
E4	— “ (...) sinto dificuldades porque vejo que nos somos poucos (...)”. — “ (...) diariamente ocorrem montes de situações, não só a nível naturalmente, do idoso (...)”. — “ (...) os militares têm de fazer tudo, dar resposta a tudo, no seu dia-a-dia de trabalho (...)”.
E5	— “ (...) não existir uma organização, estrutura de trabalho e missão específica (...)”. — “ (...) não divisão de militares por cada programa (...)”.

Quadro n.º 23 – Respostas à questão n.º 21

Questão n.º 21: Considera que a SPE possui os meios materiais e humanos suficientes para dar resposta a todas as solicitações?

Entrevistados	Principais ideias
E4	— “ (...) materiais, neste caso, até temos viaturas (...)”. — “ (...) meios humanos não temos, precisamos de mais militares (...)”.
E5	— “ (...)os meios humanos não são suficientes (...)”.

Quadro n.º 24 – Respostas à questão n.º 22

Questão n.º 22: Julga que os mecanismos de resposta existentes são suficientes para responder a todas as necessidades dos idosos a qualquer altura do dia?

Entrevistados	Principais ideias
E4	— “ (...) não é bem a qualquer altura do dia, não (...)”. — “ (...) até as cinco da tarde, principalmente, há ação social da Câmara, há Segurança Social, nós sinalizamos e coordenamos e imediatamente fazemos uma visita. (...)”.
E5	— “ (...) fora do horário da SPE, não há capacidade para dar uma resposta imediata (...)”.

Quadro n.º 25 – Respostas à questão n.º 23

Questão n.º 23: Das atividades que têm sido desenvolvidas, quais a que destaca? Porquê?

Entrevistados	Principais ideias
E4	— “ (...) nós desenvolvemos muitas junto dos idosos, constantes ações de sensibilização, alertando-os, naturalmente sobre as consequências do facto de circularem na rua com ouro, com dinheiro (...)”. — “ (...) as burlas são a nossa preocupação (...)”. — “ (...) estamos constantemente a sinalizar os idosos, seja em casa, nas visitas que fazemos a casa, seja nas instituições, centros de convívio onde eles se reúnem (...)”. — “ (...) por exemplo, a nota de 20 euros, a de 10 também e a de 5 (...)”. — “ (...) mas o facto é que durante todo o ano, todos os dias ou quase todos os dias, nós estamos a sensibilizar os idosos durante as visitas domiciliárias que fazemos e não só (...)”.
E5	— “ (...) idosos em Segurança e a Escola segura. (...)”.

Quadro n.º 26 – Respostas à questão n.º 24

Questão n.º 24: Com as ações desenvolvidas pelo NIS, tem observado alguma alteração no comportamento dos idosos?

Entrevistados	Principais ideias
E4	— “ (...) é óbvio. (...)”. — “ (...) sente-se que há mais segurança por parte deles (...)”. — “ (...) felizes quando a gente os vê e quando eles nos veem. Sentem que podem confiar em nós (...)”. — “ (...) sentem que somos uma mais-valia. (...)”. — “ (...) eles sentiam-se abandonados e neste aspeto eles sentem que há alguém que zela por eles (...)”.
E5	— “ (...) sentem que têm alguém que os apoia e acompanha diariamente. (...)”.

Quadro n.º 27 – Respostas à questão n.º 25

Questão n.º 25: Consegue identificar eventuais vulnerabilidades ou falhas no funcionamento operacional do NIS?

Entrevistados	Principais ideias
E4	<ul style="list-style-type: none"> — “ (...) efetivamente a falta de meios. (...)”. — “ (...) eu gostava de ter uma equipa só destinada para os idosos (...)”. — “ (...) podemos dizer que temos um ou outro militar mais dedicado, mas o facto é que esse próprio militar também faz outras ações (...)”. — “ (...) tinha de haver mais efetivo (...)”.
E5	<ul style="list-style-type: none"> — “ (...) não existirem militares só afetos a este programa, traz enormes desvantagens (...)”.

Quadro n.º 28 – Respostas à questão n.º 26

Questão n.º 26: Existe alguma forma de dar mais visibilidade ao trabalho desenvolvido pela GNR?

Entrevistados	Principais ideias
E4	<ul style="list-style-type: none"> — “ (...) existe forma, é mais efetivo porque o reconhecimento, nós temos das instituições. (...)”. — “ (...) com o pouco efetivo que temos, fazemos muito e a qualquer hora do dia que eles nos liguem (...)”.
E5	<ul style="list-style-type: none"> — “ (...) estreitar ainda mais a relações com as entidades ligadas a este programa e desenvolver mais trabalhos conjuntos com as mesmas (...)”.

Quadro n.º 29 – Respostas à questão n.º 27

Questão n.º 27: Como acha que o vosso trabalho é visto pela comunidade, nomeadamente pelas entidades externas com quem cooperam?

Entrevistados	Principais ideias
E4	<ul style="list-style-type: none"> — “ (...) é visto com agrado. (...)”. — “ (...) é visto com reconhecimento (...)”. — “ (...) que temos desempenhado o nosso papel, com os poucos meios que temos, tudo em prol, naturalmente, dos idosos (...)”.
E5	<ul style="list-style-type: none"> — “ (...) é visto com apreço (...)”. — “ (...) deixando a GNR mais próxima do cidadão (...)”.

Entrevistas realizadas a entidades externas à Guarda Nacional Republicana

Quadro n.º 30 – Respostas à questão n.º 28

Questão n.º 28: Tem conhecimento do trabalho desenvolvido pela GNR no que diz respeito aos idosos?

Entrevistados	Principais ideias
E6	— “ (...) uma das coisas que falei com o comandante que estava aqui era no sentido também de fazermos essa identificação porque até há pouco tempo não tínhamos um grande conhecimento aprofundado do numero de idosos ou de pessoas que viviam em solidão (...)”. — “ (...) esse trabalho foi feito e a Guarda Nacional Republicana tem vindo a fazer esse trabalho aqui na freguesia e temos estado a partilhar alguma informação (...)”. — “ (...) portanto, é extremamente importante.”
E7	— “ (...) conheço o trabalho desenvolvido pela GNR, sim (...)”. — “ (...) pedimos ajuda à GNR e temos sempre esse apoio. É muito positivo, a meu ver, esse trabalho (...)”.
E8	— “ (...) sim, até mais do Destacamento de Sintra do que do trabalho com a GNR aqui de Alcabideche (...)”.
E9	— “ (...) momento é parecido ao programa que se faz com a PSP (...)”. — “ (...) defender os idosos e apoiar os técnicos no local (...)”.

Quadro n.º 31 – Respostas à questão n.º 29

Questão n.º 29: Considera que a existência de Programas e de ações de sensibilização promovem a imagem da Guarda Nacional Republicana?

Entrevistados	Principais ideias
E6	— “ (...) sim, considero que sim e isso tem acontecido (...)”. — “ (...) fizemos há uns meses atrás, no Cascais Shopping, uma parceria entre a Sonae Sierra, que é a detentora da administração do centro comercial, a GNR e a junta de freguesia, fizemos uma parceira e levamos uma série de idosos ao shopping (...)”. — “ (...) já o fizemos também em associações de idosos (...)”.
E7	— “ (...) eu acho que sim, sem dúvida (...)”. — “ (...) a presença da GNR é uma ajuda muito grande. (...)”. — “ (...) porque os idosos quando vêm alguém fardado têm mais confiança (...)”. — “ (...) quando aparecemos com a GNR, de facto, é diferente, as pessoas confiam automaticamente (...)”.
E8	— “ (...) sim, claro. Já presenciámos e fomos a várias ações (...)”. — “ (...) através da divulgação (...)”. — “ (...) já fazem parte da casa (...)”. — “ (...) idosos sente-se protegidos e querem estar presentes (...)”.
E9	— “ (...) sim e o à vontade que os utentes têm, é visível quando se trata de trabalhar com a GNR (...)”. — “ (...) pelo facto da maior parte da GNR que trabalha connosco é gente mais nova e isto é facilitador (...)”.

Quadro n.º 32 – Respostas à questão n.º 30

Questão n.º 30: Quando pretende realizar uma ação de sensibilização cujo alvo sejam os idosos, quais as entidades que lhe garantem maior credibilidade de colaboração?

Entrevistados	Principais ideias
E6	<p>— “ (...) fizemo-lo em centros de dia, fizemos em coletividades, ações direcionadas não só para a questão dos idosos, mas também para a questão do comercio seguro (...)”.</p> <p>— “ (...) também é a própria GNR que nos diz aquilo que entende que é o melhor (...)”.</p> <p>— “ (...) o capitão Ribeiro é com quem normalmente falo sobre isso porque vocês é que sabem disto (...)”.</p> <p>— “ (...) queremos fazer várias em vários locais da freguesia, porque a freguesia é muito dispersa, o que dificulta um pouco as coisas (...)”.</p>
E7	<p>— “ (...)a união das freguesias tem uma zona rural bastante grande, a GNR é conhecida (...)”.</p> <p>— “ (...)o centro de saúde também, normalmente os idosos conhecem as pessoas (...)”.</p> <p>— “ (...) entidades que são mais conhecidas pelas pessoas são a GNR e os centros de saúde (...)”.</p>
E8	<p>— “ (...) coordenamos com a GNR, com a CM, com a Junta e as escolas, principalmente (...)”.</p> <p>— “ (...) e já fizemos várias com a GNR (...)”.</p>
E9	<p>— “ (...) a GNR tem sido uma experiência agradável (...)”.</p> <p>— “ (...) a PSP, o centro de saúde e a Câmara (...)”.</p> <p>— “ (...) estas entidades são as mais facilitadoras (...)”.</p>

Quadro n.º 33 – Respostas à questão n.º 31

Questão n.º 31: Visto que o trabalho a desenvolver neste âmbito depende muito da coordenação existente entre a GNR e as demais entidades externas, julga que a articulação existente é suficiente? Como a caracteriza?

Entrevistados	Principais ideias
E6	<p>— “ (...) é uma área sensível, a área da segurança é sensível mas eu acho que articulação é a suficiente (...)”.</p> <p>— “ (...) caracterizo da seguinte forma, eu acho que a GNR é um parceiro da junta nisto (...)”.</p> <p>— “ (...) tem sido um parceiro com quem temos tido uma excelente relação (...)”.</p> <p>— “ (...) não sentimos por parte da GNR qualquer tipo de dificuldade, antes pelo contrário, têm sido sempre facilitadores do processo (...)”.</p>
E7	<p>— “ (...) acho que sim, que é muito boa (...)”.</p> <p>— “ (...) porque sempre que precisamos, conseguimos. Se não for naquele dia, será noutro. Mas não temos dificuldade nenhuma. (...)”.</p> <p>— “ (...) eu acho é que há poucos (...)”.</p> <p>— “ (...) vocês estão destacados para muitas coisas, há muitos serviços diferentes aos quais vocês têm de dar resposta (...)”.</p> <p>— “ (...) aqui a segurança que a GNR garante em determinadas ocasiões, não é transmitida por outras entidades (...)”.</p>
E8	<p>— “ (...) sim, acho suficiente porque há sempre preocupação com os idosos mesmo quando não há ações (...)”.</p> <p>— “ (...) é muito positiva, eles ficam confortáveis por serem uma presença constante (...)”.</p>
E9	<p>— “ (...) neste momento, acho que é muito boa (...)”.</p> <p>— “ (...) temos sido convidados para várias ações e os idosos vieram maravilhados, coisa que a junta de freguesia não faz tanto (...)”.</p>

Quadro n.º 34 – Respostas à questão n.º 32

Questão n.º 32: No seu entender, como é que o trabalho desenvolvido pela Guarda afeta a vida dos idosos?

Entrevistados	Principais ideias
E6	— “ (...) positivamente, acho que sim (...)”.
E7	— “ (...) vai de facto afetar as pessoas de uma forma muito específica (...)”. — “ (...) muitas das vezes as pessoas com mais carências, mais isoladas, passam-nos ao lado (...)”. — “ (...) o trabalho da GNR nesta filtragem é fundamental porque se não for a GNR a descobrir algumas situações e a receber queixas das outras entidades, nós não sabemos. (...)”. — “ (...) um elo de ligação e uma fonte de alerta permanente (...)”. — “ (...) vão circular em sítios em que nós não vamos, apercebem-se de outras coisas e de outras realidades (...)”.
E8	— “ (...) positivamente, sim (...)”. — “ (...) basta verem o Chefe Augusto e ficam todos contentes, é quase automático (...)”. — “ (...) lembram-se sempre de nós e isso é de louvar (...)”.
E9	— “ (...) é evidente que afeta positivamente porque eles têm muito mais à vontade quando surge algum problema pois sentem que mais facilmente falam convosco ou com a PSP (...)”.

Quadro n.º 35 – Respostas à questão n.º 33

Questão n.º 33: Consegue elencar eventuais vulnerabilidades que já tenha constatado no trabalho desenvolvido pela GNR?

Entrevistados	Principais ideias
E6	— “ (...) os recursos são sempre limitados (...)”. — “ (...) se calhar teríamos que aumentar as equipas e pensar mais à frente (...)”. — “ (...) quem tem feito este trabalho, naturalmente, fá-lo de uma forma empenhada e dedicada (...)”. — “ (...) talvez fazer uma georreferenciação, através de coordenadas GPS com sistemas em que pudesse haver essa ligação à própria Guarda (...)”.
E7	— “ (...) para além do efetivo, eu acho que as vulnerabilidades são um produto da importância que se lhes dá (...)”. — “ (...) às vezes as pessoas dizem mal, que não são muito simpáticos, mas tudo isso é relativo (...)”. — “ (...) os idosos são muito mais permeáveis porque são pessoas com uma sensibilidade muito maior daí ter de se ter mais cuidado (...)”.
E8	— “ (...) não sinto isso (...)”. — “ (...) mas já tivemos algumas situações com problemas para arranjar transporte (...)”.
E9	— “ (...) não, neste momento, não (...)”. — “ (...) vocês também têm poucos elementos e isso depois também nos faz pensar na nossa parte, também não somos muitos (...)”. — “ (...) desde que possamos estabelecer uma ligação entre dois ou três elementos, conseguimos fazer as coisas (...)”.

Quadro n.º 36 – Respostas à questão n.º 34

Questão n.º 34: Julga que os mecanismos de resposta existentes são suficientes para responder às necessidades dos idosos?

Entrevistados	Principais ideias
E6	<ul style="list-style-type: none"> — “ (...) ótimo, seria ter em cada ponto da freguesia, um posto mas isso não é possível (...)”. — “ (...) isso nem sempre é possível em qualquer altura do dia. Isso não é fácil (...)”.
E7	<ul style="list-style-type: none"> — “ (...) se são suficientes, não sei. Só se pensarmos sobre todos os assuntos é que vamos arranjando outras respostas (...)”. — “ (...) preparar ações consoante aquilo que a realidade nos apresenta porque também não há pessoas suficientes para fazermos tudo aquilo que desejaríamos (...)”. — “ (...) neste momento, não sei se são suficientes, o concelho é muito grande e há uma grande dispersão para não falar dos muitos focos de ação. (...)”. — “ (...) vamos arranjando respostas no terreno, mas isso depende de todos nós (...)”.
E8	<ul style="list-style-type: none"> — “ (...) sim, há uma boa divulgação da nossa parte também (...)”. — “ (...) quando há novidades ou algum problema, eles aparecem cá (...)”.
E9	<ul style="list-style-type: none"> — “ (...) não temos tido dificuldades dessas (...)”. — “ (...) sempre que há necessidade, vocês respondem (...)”. — “ (...) com este à vontade, podemos fazer um trabalho muito mais profícuo (...)”.

Quadro n.º 37 – Respostas à questão n.º 35

Questão n.º 35: Da experiência prática de cooperação com a Guarda, quais as ações de sensibilização que conhece e quais destaca?

Entrevistados	Principais ideias
E6	<ul style="list-style-type: none"> — “ (...) a sensibilização com as notas (...)”. — “ (...) uma visita à EG em Queluz, que foi excelente (...)”. — “ (...) tenho um feedback muito positivo dessa visita (...)”. — “ (...) salientar a evolução do que era há 20 anos atrás uma estrutura muito fechada em si própria, muito militarizada, com um peso na comunidade, diferente, quer para o bem, quer para o mal (...)”. — “ (...) a Guarda hoje faz parte da comunidade e já ninguém pensa em não trabalhar, quem está no meu lugar, não se pensa em trabalhar sem pensar na GNR (...)”. — “ (...) eu destaco de facto esta do programa idosos porque para a nossa comunidade é fundamental, tem um peso muito forte (...)”.
E7	<ul style="list-style-type: none"> — “ (...) os Censos, sem dúvida (...)”. — “ (...) todas as ações que realizamos com a GNR têm sido importantes, têm sido construtivas até para nós conhecermos a GNR e as pessoas conhecerem também o outro lado. (...)”. — “ (...) eu acho que o vosso trabalho é muito meritório e eu sinto-me privilegiada por poder contar com o vosso apoio (...)”.
E8	<ul style="list-style-type: none"> — “ (...) para terem atenção às burlas (...)”. — “ (...) a questão da internet segura (...)”. — “ (...) a divulgação da circulação das novas notas (...)”.
E9	<ul style="list-style-type: none"> — “ (...) falamos muito sobre roubos, furtos e várias ações de formação aqui no centro (...)”. — “ (...) penso que estamos num bom caminho, estamos a fazer um trabalho bom com a GNR (...)”. — “ (...) com a GNR há uma grande abertura. (...)”.

5.2. Análise dos Questionários

Analisados os questionários e expostos em gráficos os resultados obtidos, iremos, de seguida, fazer uma breve apresentação dos mesmos. Importa salientar que nem todas as perguntas foram respondidas pelos idosos devido à dificuldade de conseguirmos acompanhar todos os idosos durante a realização dos mesmos. Estes lapsos apenas foram reparados aquando o tratamento dos dados. No entanto, optámos por analisá-los tal e qual como foram entregues, para garantir a veracidade dos mesmos.

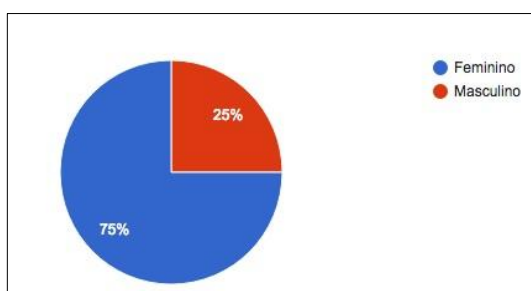


Figura n.º 3 – Sexo dos Inquiridos

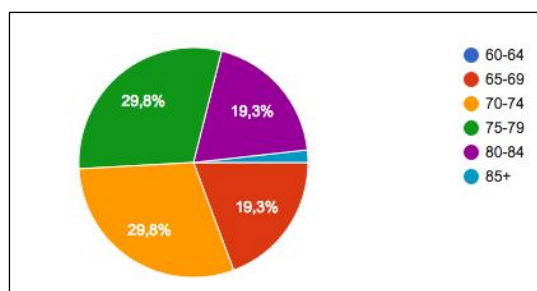


Figura n.º 4 – Idade dos Inquiridos

Em relação à amostra que conseguimos reunir, podemos ver nas figuras acima que 75% dos sessenta inquiridos eram do sexo feminino, o que se traduz num número de 45 idosos de sexo feminino e 15 idosos do sexo masculino. Ainda na figura adjacente, podemos constatar o intervalo de idades dos idosos que foram inquiridos. Podemos constatar que a maioria está entre os 70-79, o que corresponde a um número de 34 dos inquiridos, sendo de destacar apenas um idoso com idade superior a 85 anos.

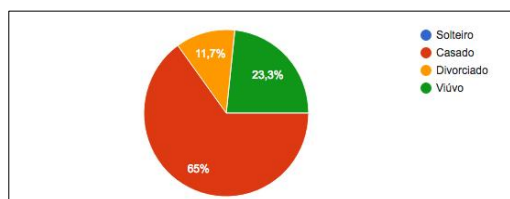


Figura n.º 5 – Estado Civil

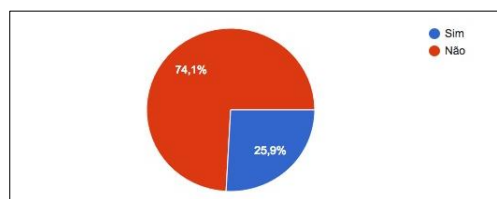


Figura n.º 6 – Vive Sozinho?

Dos 60 inquiridos, importa salientar que a grande maioria é ainda casada, correspondendo os 65% a 39 pessoas das 60 inquiridas. Dentro deste universo temos ainda que 23,3%, o que corresponde a 14 pessoas se encontram viúvas e ainda os 11,7% que corresponde a 7 pessoas, que se encontram divorciadas. A grande maioria, como podemos verificar na Figura n.º6, ainda vive acompanhada.

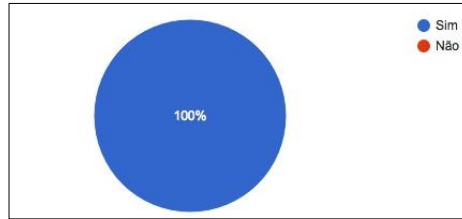


Figura n.º 7 – Sabe o que é a GNR?

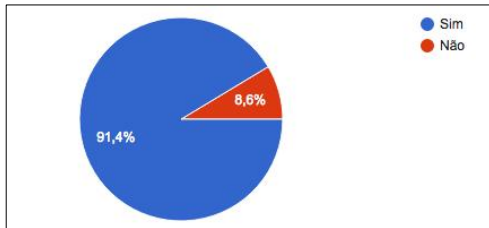


Figura n.º 8 – Vê os militares na rua?

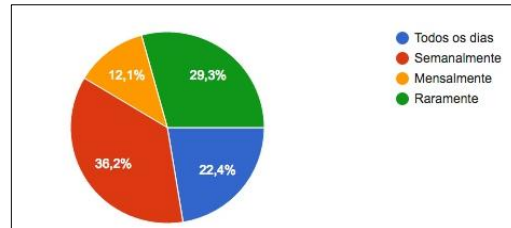


Figura n.º 9 – Com que frequência os vê?!

Nas três perguntas acima representadas podemos tirar uma conclusão ambígua das mesmas. Apesar de, positivamente, todos os inquiridos que responderam a esta pergunta o tenham feito afirmativamente, podemos verificar que na Figura n.º8 apenas 91,4% dos que responderam, que corresponde a 53 inquiridos, é que habitualmente vê os militares da Guarda no seu quotidiano. Pior cenário se apresenta quando questionamos a frequência com que estes surgem. O facto de termos uma grande parte das respostas que se traduz numa presença diária e semanal, não podemos ignorar que 29,3% que corresponde a 17 dos inquiridos, afirmam que essa presença ocorre raramente.

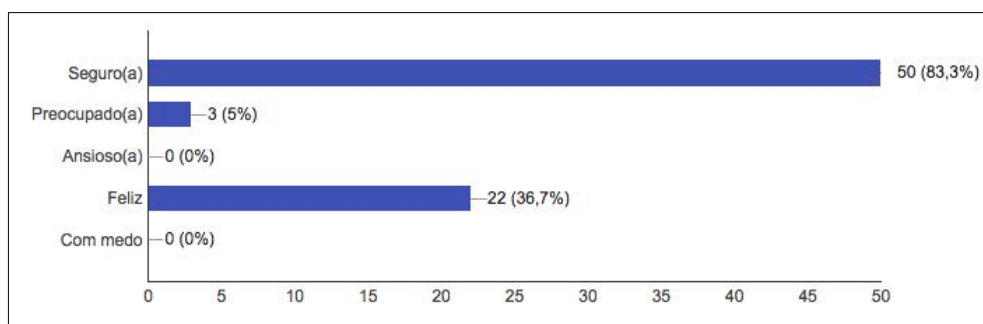


Figura n.º 10 – Quando vê os militares, como se sente?

Nesta pergunta podemos destacar o facto de nenhum dos idosos inquiridos se sentir amedrontado com a presença da GNR, no entanto 5%, correspondente a 3 dos inquiridos, ficam preocupados.

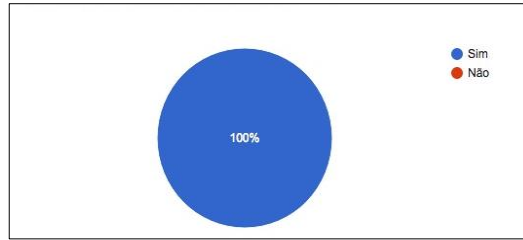


Figura n.º 11 – Gostava de os ver mais vezes?

De destacar que todos inquiridos admitem que gostariam de ver mais vezes os militares da GNR, nestes incluem-se também aqueles que acima responderam ver os militares diariamente, o que se traduz no desejo da sua presença e que a sua visibilidade deve ser uma das apostas deste policiamento de proximidade.

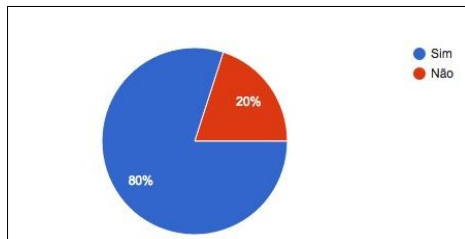


Figura n.º 12 – Já esteve presente em alguma ação de sensibilização?

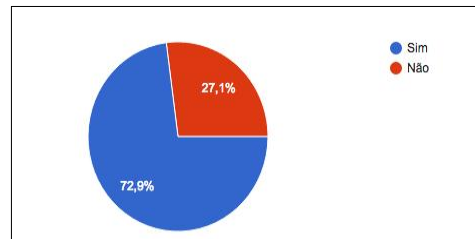


Figura n.º 13 – Essas ações ensinaram-lhe alguma coisa que não sabia?

Nas figuras n.º12 e n.º13 acima apresentadas, podemos verificar que a maioria dos idosos já estiveram presentes em ações de sensibilização, no entanto, 20% dos mesmos, que corresponde a 12 idosos ainda não tiveram essa oportunidade. Outro pormenor a referir é o facto de, do universo que já esteve presente nessas ações, existem ainda 27,1% que nada de novo aprenderam com as mesmas.

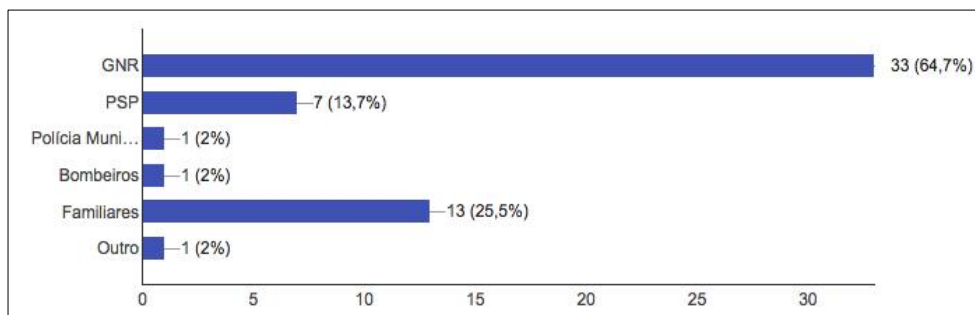


Figura n.º 13 – Quando receia pela sua segurança, a quem liga primeiro?

Nas respostas a esta questão, que consideramos importante, temos uma grande maioria que recorre à Guarda Nacional Republicana como primeiro recurso como podemos

constatar em 64,7% dos inquiridos. Logo após a GNR, e com 25,5% surgem os familiares como recurso em caso de emergência, logo seguidos da Polícia de Segurança Pública com os seus 13,7%. Finalmente, surge a Polícia Municipal, os Bombeiros e os vizinhos, todos com 2% das respostas.

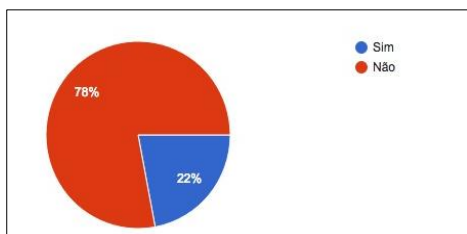


Figura n.º 14 – Alguma vez os militares da GNR foram a sua casa?

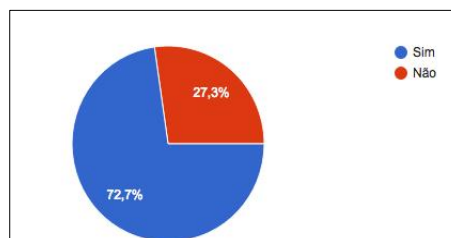


Figura n.º 15 – Quando se dirige a um militar para explicar um determinado problema ou esclarecer alguma dúvida, sente da parte dele preocupação?

Na figura n.º15 podemos verificar que apenas em 22% dos inquiridos, o que corresponde a 13 idosos, os militares tiveram de ir a sua casa. No entanto, na figura n.º16, quando é perguntado ao idoso se sente preocupação por parte do militar quando tenta esclarecer alguma dúvida ou explicar algum problema, ainda temos uma grande percentagem, de 27,3% que diz que o militar não se mostra muito preocupado.

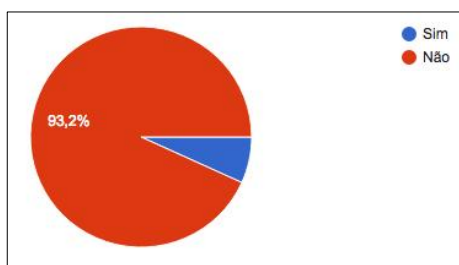


Figura n.º 17 – Sente dificuldade em falar com um militar da GNR?

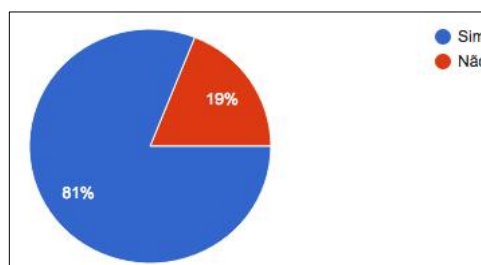


Figura n.º 16 – Sabe o número que deve ligar para falar com a GNR?

Acima estão representadas duas questões referentes à dificuldade de falar com os militares e o número para o qual se deve ligar para entrar em contacto com a Guarda. Na primeira, de destacar que a grande maioria assume não ter problemas em fazê-lo, no entanto, ainda temos 6,8%, correspondente a 4 idosos, que sente dificuldade. Posteriormente, temos um número elevado de idosos, 19% dos inquiridos, que se materializa em 11 idosos, que não sabem para que número ligar quando querem contactar a GNR.

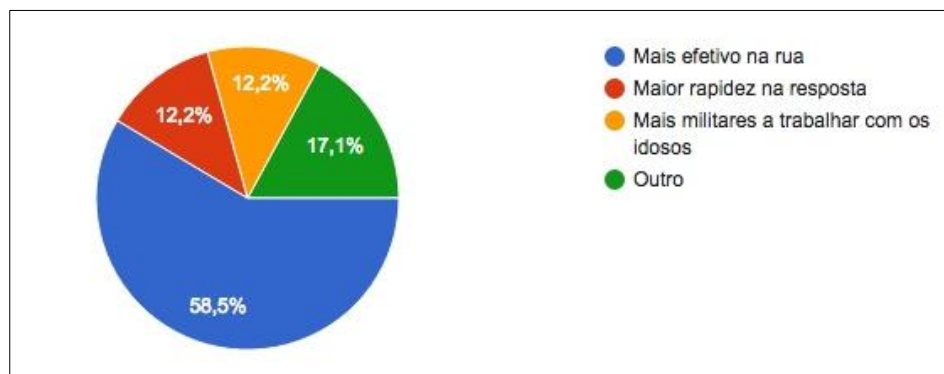


Figura n.º 18 – Se pudesse mudar alguma coisa na GNR, o que seria?

Na última questão, de resposta aberta, deparámo-nos com alguma dificuldade em reunir os dados pelo facto de muitos dos idosos já apresentar algumas debilidades com a escrita. No entanto, conseguimos reunir as respostas, auxiliar algumas e agrupar para conseguirmos o resultado acima apresentado. Assim, podemos constatar que a grande maioria dos idosos gostaria apenas de ver mais efetivo na rua, materializando 58,5% das respostas. Por outro lado, 24,4% dos inquiridos apostaria numa maior rapidez de resposta e em existirem mais militares a exercer funções junto dos idosos. Os 17,1% restantes, correspondem a outras ideias que surgiram e que decidimos não agrupar por serem bastante díspares entre si.

5.3. Verificação das Hipóteses

Finalizada a parte empírica da investigação, estão agora reunidas condições para confirmar ou infirmar as hipóteses levantadas no início da mesma. Destarte, iremos de seguida apresentar cada uma delas e avaliar se as mesmas correspondem ao que foi verificado durante a investigação, ou se a sua veracidade entra em conflito com os dados recolhidos.

- **“H1 — Os idosos sentem-se mais seguros com a presença da Guarda Nacional Republicana.”**

Muitos dos idosos, por terem já uma idade avançada, muitas vezes levam a crer que toda a ajuda que venha de fora, de alguém que não conheçam, não é bem-vinda e a sua presença, sem ser requerida, pode facilmente criar algum desconforto. No entanto, esta hipótese encontra-se validada. Podemos até dizer que se encontra duplamente verificada.

Não só segundo a perspetiva pessoal, dos idosos, mas também de uma perspetiva exterior, dos militares e entidades externas que, quotidianamente, verificam essa melhoria no bem-estar dos mesmos, resultante do trabalho que os militares do DTer de Sintra desenvolvem. No que toca aos idosos, apesar de a maioria dos inquiridos se encontrar casado e a viver juntamente com alguém, o que poderia ser um fator de maior independência e isolamento, afirmam que, quando sentem a presença dos militares da GNR, se sentem mais seguros e felizes. Outro aspeto que prova a teoria acima apresentada é o facto de todos os idosos que foram inquiridos assumirem que gostariam de ver os militares mais vezes e que uma grande maioria dos inquiridos, se pudessem mudar alguma coisa na Guarda, seria que existisse mais efetivo na rua e mais militares a trabalhar juntamente com os idosos.

Segundo a perspetiva exterior, podemos constatar nas palavras do Comandante de Destacamento, dos militares da SPE e das entidades externas, que o trabalho que tem sido desenvolvido é brilhante e muito gratificante. Há uma abertura do espaço natural de convívio, por parte dos idosos, para que a GNR consiga interagir mais facilmente com eles e desta forma, dinamicamente, explicar e abordar as demais questões de segurança que são necessárias ter em conta. Assim, e atestando as informações dadas nas várias entrevistas às entidades externas que também, de uma perspetiva próxima, verificam esta influência, todas elas afirmam ser profícua e de louvar. Que o sentimento de proximidade criado é tão grande que muitas vezes existe mais facilidade e vontade nos idosos de falar de determinado assunto com a GNR do que mesmo com as pessoas das associações que diariamente com elas convivem. Surgindo assim a GNR como um forte elo de ligação e uma fonte de alerta permanente.

- **“H2 — Existe, por parte das entidades externas, reconhecimento do trabalho desenvolvido pelo NIS do DTer de Sintra.”**

Esta hipótese foi também validada, não só pelas várias entidades externas que foram entrevistadas mas também pelos militares da SPE e o próprio Comandante do DTer de Sintra. É dito por este último que as instituições fazem imensos pedidos diretamente ao Destacamento e que é de bom grado que aceitam e aproveitam para estar presentes e promover ações de sensibilização. Não se verifica uma opinião negativa sobre o trabalho que a GNR desenvolve neste âmbito. A Guarda é vista já como um parceiro cuja disponibilidade é de um valor inestimável. Outro fator que é também tido em conta é a articulação, que tem sido a suficiente e que sempre que existe por parte das entidades externas, necessidade de recorrer à Guarda, recorrem e a resposta é prontamente dada.

Caso esta não seja possível, é quase automaticamente agendada outra que possa satisfazer essa mesma necessidade. Para além disso, tem existido também iniciativa por parte do DTer de Sintra de os contactar e convidar para inúmeras ações de relevante importância para os idosos, aspeto este que não se tem constatado tanto por parte da Junta de Freguesia.

- **“H3 — A escassez de recursos humanos e materiais constitui-se como um entrave ao trabalho dos militares da SPE do DTer de Sintra.”**

A hipótese que acima foi levantada encontra-se refutada. Explicitamente podemos afirmar que a falta de recursos se constitui sempre como uma dificuldade na realização de determinada tarefa, seja em que contexto for, no entanto, apesar de termos constatado que existe alguma falta de meios humanos no DTer de Sintra e na SPE do mesmo, o trabalho continua a ser desenvolvido. Os militares que trabalham nesta SPE afirmam que a maior dificuldade é não existir um aditamento de militares por cada Programa, o que os obriga a agilizar o processo por forma a corresponderem prontamente ao maior número de pedidos possíveis. Por outro lado, as entidades externas com as quais a GNR colabora não sentem estas dificuldades, mas reconhecem que os militares que com eles trabalham também têm de responder a outro tipo de solicitações. Esta necessidade é colmatada exteriormente com o facto de a sua presença, mesmo com esse esforço, ser uma constante. As entidades conhecem, também fruto do seu trabalho de gestão de recursos, que estes são sempre limitados mas afirmam que até à data tem-se conseguido desenvolver ações de forma bastante positiva. De um ponto de vista mais próximo, que lida com ambos os lados, o Capitão Ribeiro sugere que os militares têm de estar consciencializados do seu estatuto e implementou já uma diluição das férias dos mesmos ao longo do ano, para se conseguir responder a tudo durante os trezentos e sessenta e cinco dias do ano. Reconhecendo o mérito dos seus homens, que trabalham nos vários programas, um aumento de meios humanos seria, obviamente, uma melhoria importante, mas até ao momento, o funcionamento que decorre, revela-se de bastante valor.

- **“H4 — Existe já uma linha orientadora de formação dos militares das SPE e está a ser implementada.”**

“O carácter crucial da qualificação, especialização e aperfeiçoamento assume cada vez mais um papel preponderante no contexto da sociedade do conhecimento” é o que refere o “Referencial de Formação – Programas Especiais de Polícia e Responsabilidade Social”, criado em 2010 pelo CDF que aborda, contextualiza e formula objetivos de uma

formação que deve ser dada aos militares que trabalham nas diferentes SPE. No entanto, apesar da sua existência, esta formação que garante a otimização do desempenho dos seus militares no exercício das suas funções, não está a ser aplicada. Não é conhecida e apresenta-se como insuficiente, por apenas exigir um dia de formação. Apesar de existir na NEP cobertura legal que coloque os militares nas diversas SPE, esta porém ainda não é considerada uma especialidade na Guarda, como são outras.

É consensual que deveria ser traçado um perfil para o militar que desempenha estas funções, que é necessário um aprofundamento na área da formação para que os Programas Especiais deixem de ser vistos como uma experiência que os militares vão ter, para que seja, em termos de formação e especialização, um pilar na Guarda Nacional Republicana. Desta forma, esta última hipótese encontra-se parcialmente refutada, pois, apesar de existir uma linha orientadora de formação, desde 2010, como é referido acima, esta não está a ser posta em prática e as matérias e forma que a constituem, levantam algumas dúvidas relativamente à sua suficiência teórico-prática. O plano curricular que organiza este referencial, encontra-se em anexo para consulta dos interessados.

CONCLUSÃO E RECOMENDAÇÕES

i. Resposta às questões derivadas

Após a verificação das hipóteses acima apresentadas, estamos agora mais conscientes da realidade que se vive, das experiências que se levam a cabo e das perspetivas de cada ator, no que concerne ao estudo desta temática. Com isto, iremos agora responder a cada uma das Questões Derivadas já levantadas na parte introdutória do trabalho e com o intuito de alcançarmos uma fundamentada resposta à Questão de Partida ou Questão Central. Terminaremos, após isto, com uma breve conclusão e recomendações que surgiram com a realização desta investigação.

QD1 — Qual o impacto deste programa na vida dos idosos?

Podemos afirmar, decorrente da análise de todos os pontos de vista, que o funcionamento e existência deste Programa contribui, de forma muito positiva, para o bem-estar dos idosos e para a consolidação de um sentimento de segurança. Esta afirmação surge não só da perspetiva dos militares que asseguram a sua prática diária, mas também de todas as entidades externas que o verificam. Desta forma, o impacto que é sentido por parte dos idosos, no caso do DTer de Sintra, é 100% fiável e todos o reconhecem como tal, como podemos constatar nas respostas aos questionários realizados. De facto, todos os inquiridos afirmam que gostariam de ver mais vezes os militares da Guarda.

Todos os atores que com a Guarda trabalham, consideram profícuo o que está a ser desenvolvido, apostando sempre no contacto com os militares do DTer de Sintra, através do Cmdt de DTer ou mesmo diretamente para o coordenador da SPE, o Cabo-Chefe Augusto o qual, saliente-se, foi referido por todas as entidades como uma pessoa de extrema sensibilidade e carácter para tratar de situações relacionadas com os idosos.

A GNR surge, então, como mais do que uma instituição estatal que se limita a cumprir o que é emanado superiormente, para se aproximar da população com quem trabalha, como uma entidade querida e aceite pela comunidade idosa. O impacto que se verifica, quando o DTer de Sintra, na pessoa do Cabo-Chefe Augusto, se limita a estar presente, é imediato. A simpatia com que este é recebido, a facilidade com que os idosos se aproximam, a segurança que estes sentem com a sua presença e a confiança que os

diretores das várias instituições exprimem, garante afirmar que este programa, neste DTer, cumpre o resultado para o qual foi concebido. Arriscamo-nos a dizer que até o supera. Porque a diferença está, não só na qualidade da resposta, mas também na oportunidade da mesma. E isto exige, por parte dos militares, uma prontidão e disponibilidade que, apesar do reduzido efetivo que existe na SPE do Dter de Sintra, se verifica por quem os observa, e se sente por parte de quem deles necessita.

QD2 — Qual a visibilidade que a Guarda Nacional Republicana ganha com o PIS?

Balizando a resposta a esta questão derivada com aquilo que nos foi referido, quer pelos entrevistados; quer pela análise no terreno; quer pelas respostas dos idosos, podemos afirmar que o trabalho desenvolvido pelo Programa Idoso em Segurança, contribui, e muito, para a imagem da Guarda Nacional Republicana como uma entidade próxima e capaz de responder a situações que por vezes até extravasam aquilo que são as suas competências. Quando foi lançado este Programa, o objetivo para o mesmo seria aproximar a população mais idosa da GNR e encontrar algumas estratégias no sentido de os ajudar e apoiar nas suas necessidades. Como referiu o Tenente-Coronel Copeto, a missão principal da GNR era garantir-lhes segurança, coisa que hoje se verifica mas que aqui não termina. O destaque que a Guarda ganha é, em grande medida, das operações que conduz. Neste DTer, para além das operações e diretivas que surgem da Repartição de Programas Especiais, são realizadas ações que visam dar a conhecer a Guarda e sensibilizar os idosos para variados temas relacionados com a segurança, sendo que o maior destaque vai para o contacto próximo e personalizado, que é conseguido com o Censos e com as visitas domiciliárias, onde é feita uma avaliação, não só da segurança do idoso que é sinalizado, mas também dos que perto dele vivem. Este trabalho, de saber quem são estas pessoas, saber quais os problemas que têm, só se pode conseguir com uma abordagem de proximidade diária.

Após esta avaliação de risco procede-se ao seu encaminhamento para as instituições de apoio social que delas devam tratar. No entanto, a Guarda, no DTer de Sintra, através da Oficina do Idoso, resolveu já diversos problemas de âmbito social que não seriam resolvidos se esta não tivesse uma ligação forte com diversas entidades de cariz social. Muitos casos de problemas básicos de sustentabilidade, como refere o Capitão Ribeiro, foram resolvidos a custo zero por serem da iniciativa do DTer. Fruto este que, indubitavelmente não se verificaria, se a GNR não fosse reconhecida como entidade meritória de confiança por parte das demais entidades que com esta trabalham e que com o

seu esforço também contribuem para o bom nome da Guarda Nacional Republicana.

Contudo, como refere também, na sua entrevista, o Capitão Cardoso, muitos dos militares afetos às suas SPE passaram a desempenhar funções de família, funções que extravasam o “*core business*” da Guarda, salientando que não podemos nem devemos substituir as entidades de segurança social. Incube-nos sim, colaborar com as mesmas, mas definindo e limitando bem quais são as nossas tarefas enquanto Força de Segurança.

Outro aspeto que importa salientar e que tem sido uma boa prática assinalada pelos entrevistados, é a existência da página da GNR no *Facebook* e a difusão de práticas nos Órgãos de Comunicação Social (OCS) que em muito suportam e alargam a atividade desenvolvida pela GNR a toda a comunidade. Apesar disto, é ainda apontado como uma dificuldade a partilha de informação ou de boas práticas. O facto de o *Facebook* e de as boas práticas serem divulgadas, só pode ser um pretexto para que estas sejam postas em prática em todo o território nacional e não só localmente como são apontadas. Ou seja, uma ação que tenha bons resultados em Sintra, não deve ser só reconhecida localmente, mas sim nacionalmente, como já tem acontecido. No entanto, com a facilidade que hoje em dia se verifica em trabalhar com os OCS e com plataformas de redes sociais que exponenciam a visibilidade da GNR, que sejam colocadas no papel as boas práticas, para que possam ser postas em prática em diferentes realidades e com isso retirar novas ideias, novos mecanismos de resposta. Assim, pelo facto de uma prática ter tido bons resultados num determinado DTer, se existir outro DTer que tenha capacidade logística para o fazer, que a desenvolvam, em face dos bons resultados já anteriormente obtidos. Isto contribui para aumentar as boas práticas e, conseqüentemente, para elevar, cada vez mais, o nome da Guarda Nacional Republicana.

Para terminar, é de salientar a credibilidade que a SPE do DTer assume no que respeita ao trabalho desenvolvido o que contribui também, automaticamente, para a boa imagem da Guarda. Todas as entidades externas contactadas, por se considerarem relevantes no que concerne à coordenação com este DTer, assumem que o trabalho desenvolvido pela GNR, os torna parceiros presentes e credíveis. Consideram os militares como principal suporte, não só pelo conhecimento das temáticas de segurança que tão bem conseguem explicar, como também pela facilidade com que trabalham e se disponibilizam a estar presentes.

QD3 — Conseguem as SPE responder às solicitações que lhe são feitas?

Por parte da Repartição dos Programas Especiais, do Cmdt de DTer de Sintra e das demais entidades entrevistadas existe a noção, de que os recursos existentes são sempre

limitados e que, apesar de com um maior efetivo e mais meios materiais se conseguir, uma melhor resposta, a capacidade de ação, que tem sido desenvolvida, não é apontada como uma fragilidade. Isto porque, apesar dos recursos disponíveis, a Guarda tem vindo a desenvolver mais programas. Como refere o Capitão Cardoso, a realidade finita dos recursos humanos e materiais cada vez mais faz com que se aposte em fazer melhor, com menos.

Outra conclusão que obtivemos do estudo desta realidade foi o facto de, com a visibilidade que estes programas assumem, cada vez mais nos OCS, é normal que os pedidos de ajuda aumentem e que os recursos humanos, por mais boa vontade que exista, nem sempre conseguem dar uma resposta, tão oportuna como seria desejável. Apesar de os postos estarem a funcionar durante todo o dia, muitas das situações que são sinalizadas após as 17:00 horas sofrem um atendimento mais generalizado e não o personalizado que deveria acontecer. Surge então, a reflexão que o atendimento de situações que envolvam idosos, devesse ser feito por militares que com estes já trabalham e para os quais possuem uma determinada sensibilidade. No DTer de Sintra, as solicitações deste âmbito são feitas diretamente para um telefone atribuído ao coordenador da SPE que prontamente, a qualquer altura do dia, consegue responder e encaminhar os pedidos de ajuda para onde estes devem ser, de forma célere. O que se traduz numa resposta que muitas vezes não exige nenhum reencaminhamento, mas que, por se saber com quem se está a falar, uma palavra de conforto ou um esclarecimento simples, muitas vezes resolve o problema e evita disponibilizar recursos e o empenhamento de meios não necessários.

A Guarda não é responsável por responder a todas as necessidades dos idosos em qualquer altura do dia. Como refere o Capitão Cardoso, compete-lhe efetuar um policiamento de proximidade e comunitário e desenvolver ações de sensibilização que permitam difundir conselhos de segurança. Contribui, desta forma, para diminuir o sentimento de insegurança. É de destacar que foi divulgada a disponibilização de um “Cartão Sénior” que ao ser entregue ao idoso, permite estabelecer um contato direto e imediato com um dos militares da SPE/DTer.

Por parte das entidades externas, o conhecimento das dificuldades de meios e recursos está presente. No entanto, a visão que têm do trabalho que tem vindo a ser desenvolvido pela GNR no DTer de Sintra continua a ser meritório e a sua disponibilidade de cooperação é evidente, referindo nunca terem tido problemas nesse sentido. Quando não é possível dar resposta a uma determinada situação, é comunicado e, rapidamente, surge iniciativa, por parte da GNR para colmatar essa necessidade.

QD4 — Seria importante existir uma formação específica para os militares que integram o NIS?

É consensual por parte dos entrevistados que uma das vulnerabilidades das normas que regulam o funcionamento operacional dos NIS é não existir definido um curso no qual se veja se o militar tem perfil ou não para assumir tais funções. Existe a necessidade de se garantir recursos humanos motivados, qualificados e que tenham alguma continuidade nesta estrutura, conforme acontece noutras especialidades da Guarda. Apesar de na NEP 3.58 estarem regulados, a missão, transferências e colocações, falta ainda dedicar-se tempo à especialização dos Programas Especiais, à semelhança do que acontece com a Investigação Criminal e com o Serviço de Proteção da Natureza e do Ambiente.

Tendo já existido uma formação no passado, como é referida na verificação das hipóteses e apresentada em anexo, há a necessidade de se aprofundar esta área da formação, constituir-se um curso à semelhança do que existe nas outras valências.

Conforme nos diz o Cmdt do DTer de Sintra, Capitão Ribeiro, qualquer NEP nunca vai conseguir definir, detalhada e pormenorizadamente o trabalho prático de um NIS, no entanto, devem estar associadas a essa NEP, algumas diretivas. Apesar de as linhas gerais e o que se faz em termos de missão aí estar explanado, em termos mais específicos, devíamos colmatar essas fragilidades, começando pela formação. Caso isto fosse feito, poder-se-ia chegar à conclusão que muitos dos militares que trabalham nas SPE, não só com os idosos mas noutras áreas, não reuniriam condições para o fazer. A solução apresentada baseia-se na existência de um curso que baliza o perfil, avalia o militar e vai, temporalmente verificando se o mesmo militar ainda possui as características que estão definidas. Porque a modernização de métodos de trabalho é uma realidade cada vez mais visível, e os militares têm de acompanhar essa alteração. Não é compreensível termos militares que não trabalham com plataformas tecnológicas e que não conseguem explicar aos idosos o seu funcionamento, por exemplo.

Neste sentido, o DTer de Sintra tem investido, por iniciativa do seu Cmdt, em militares com poucos anos de Guarda, para combater o paradigma e a ideia que os Programas Especiais servem para qualquer militar e que deve ser dirigido, prioritariamente, para os que estão em fim de carreira. Após a realização de uma entrevista, decide-se, se determinado militar, tem perfil para aquilo que pretende fazer com a sua SPE. Chegamos à conclusão que este perfil não deve ser traçado pela opinião de cada Cmdt de DTer, por aquilo que este considere importante. Deve sim, vir definido superiormente na NEP que regula o seu funcionamento, o que não existe.

ii. Reflexões finais e recomendações

A questão de partida surge junto das reflexões finais pois foram também elas que nos auxiliaram na sua resposta.

QP — Qual a pertinência e visibilidade do Programa Idosos em Segurança na população afeta ao Destacamento Territorial de Sintra?

A Guarda Nacional Republicana está a realizar e a desenvolver mais trabalho prático do que inicialmente foi proposto, no que toca a matérias de Programas Especiais, tornando-se assim como uma instituição de primeira linha. O PIS é criado com o intuito de prestar apoio através da realização de ações de formação sobre medidas importantes de prevenção, proteção e reação a determinadas situações que extravasam o normal funcionamento em sociedade. É também um dos seus objetivos a recolha e troca de informações pertinentes para a atuação policial, o que se está a fazer na íntegra, como podemos constatar através do trabalho desenvolvido em Sintra com a sinalização e constante atualização dos idosos que fazem parte da sua base de dados.

O ano de 2011 surge como ponto-chave no desenvolvimento deste programa, com a implementação prática dos Censos Sénior, a visibilidade que a GNR e o PIS ganharam foi bastante elevada. No entanto, é de extrema importância definir o que a Guarda deve ou não fazer. É inquestionável que o NIS trabalha a imagem da GNR. No entanto, não nos podemos esquecer que somos uma Força de Segurança, não uma instituição para dar resposta a todas as necessidades dos idosos, apesar de sermos a única que está no terreno com essa abrangência. À GNR não compete responder a todas as necessidades dos idosos a toda altura do dia, mas sim trabalhar no desenvolvimento do sentimento de segurança. Em termos de estratégia da Guarda não existe nada escrito sobre o que deve, ou não, ser feito. Por vezes, esse vazio, torna a sua atuação um pouco desvinculada daquilo que é a essência do militar da GNR. É de salientar que, salvo melhor opinião, é a área que mais tem contribuído para o incremento e visibilidade que a GNR possui junto da população nos dias que correm. Pese embora o trânsito também possua alguma relevância social junto da população, nem sempre é falado pelos melhores motivos, ao passo que toda a população alvo deste estudo, não aponta um único aspeto menos positivo do trabalho que é desenvolvido. Neste campo, a Guarda é sempre acolhida com agrado e reconhecimento.

No que toca ao número de operações realizadas e ao facto de se puderem/deverem, realizar mais, concluímos que a cada DTer compete o cumprimento das diretivas emanadas superiormente, sendo que quando há o restabelecimento da missão por parte dos CTer estes

atribuem às suas valências as tarefas que devem cumprir por serem as mesmas que melhor desempenho lhes podem garantir.

Desta forma, as atividades desenvolvidas são conhecidas pela maioria das instituições com que a Guarda trabalha, como podemos constatar, salientando a operação Censos Sénior, como já foi referido. Assim, podemos afirmar que aquilo que a GNR faz é o ideal. Até porque este trabalho, desenvolvido pelo NIS não se limita a este cumprimento de ordens emanadas superiormente. Existe trabalho a desenvolver-se 365 dias por ano. No DTer de Sintra, o procedimento utilizado é que todas as ocorrências que digam respeito a idosos sejam automaticamente comunicadas à SPE, que efetua um trabalho de dupla verificação, quer da queixa apresentada, quer da posterior visita domiciliária. Tudo isto, independentemente da altura do ano. Podemos afirmar que não há necessidade de maior número de operações, mas sim de se garantir a continuidade destes programas, para que todos os anos se façam, pelo menos uma vez. Acaba por se tornar difícil fazer melhor, pois apesar de existir sempre espaço para evoluir, devemos primeiro consolidar o grau de excelência que já alcançámos e não esquecer que, simultaneamente a este programa, cada SPE tem também de desenvolver trabalho e dar resposta no âmbito dos outros programas existentes.

Outro aspeto que consideramos fundamental, e que foi afirmado por todos os militares entrevistados, é a necessidade de aposta numa especialização e aprofundamento da formação no que diz respeito aos Programas Especiais. Salvo melhor interpretação, juntamente com a falta de recursos existente nas SPE, a maior vulnerabilidade é não se considerar que os Programas Especiais são também uma especialidade da Guarda Nacional Republicana. Apesar de a NEP/GNR 3.58 referir que os militares deveriam frequentar uma ação de formação denominada “*Programas Especiais de Polícia e Responsabilidade Social*”, esta não está a ser concretizada. É fundamental que se crie um referencial de formação único e específico que defina os processos de seleção e estipule princípios; objetivos; regras e critérios de seleção. Após isto, conseguir-se-ia apurar que militares devem ou não pertencer ao NIS e mesmo às SPE. Dever-se-ia definir qual o objetivo de cada programa e evitar que os Programas Especiais sobrevivam da boa vontade dos militares que os praticam e das orientações que os seus Comandantes lhes dão.

Ao nível da visibilidade, o trabalho desenvolvido pelo DTer de Sintra assume grande papel na comunidade afeta ao mesmo, sendo que a maior parte das iniciativas resultam do Cmdt do DTer, como é suposto. No entanto, se existisse uma plataforma de partilha de boas práticas, de confrontação de resultados, esta permitiria que se

implementasse, aos níveis local e nacional, um modelo próprio de atuação policial ajustado às necessidades e particularidades da população idosa, bem como efetuar o controlo e avaliação das boas práticas desenvolvidas. Certamente resultaria numa maior iniciativa por parte de cada DTer. Não esquecendo que é fundamental que a GNR local, e isto verifica-se em Sintra, conheça perfeitamente as entidades com quem trabalha e consiga, desta forma, gerir os encaminhamentos e sinalizações consoante as necessidades que são sinalizadas.

Para terminar, seria proveitoso criar, uma linha de apoio ao idoso que funcionasse 24h, com militares sensibilizados para tratarem destes casos e fazerem o acompanhamento correto das necessidades destes idosos, da mesma forma que existe já uma linha SOS Ambiente.¹³

A pertinência e visibilidade deste programa no DTer de Sintra tornam-se inquestionáveis pelo facto de todos os idosos reconhecerem e sentirem nos Guardas, que o desenvolvem, um referencial de segurança e confiança. As entidades externas reconhecem o trabalho deste DTer e, mesmo com a dificuldade de recursos que por vezes se faz sentir, essa fragilidade é colmatada pela disponibilidade incessante dos militares que levam a bom porto o nome da GNR e que fazem da instituição uma Força Humana, Próxima e de Confiança.

Podemos concluir afirmando que, neste momento, tudo o que se faz é adequado. Só se consegue dizer que algo está errado quando existe uma linha orientadora que define o que é certo e errado. Isto é possível no trânsito, por exemplo, onde há quem concorde e quem discorde, mas a GNR só cumpre o que está determinado legalmente, o que está escrito e bem definido. Nos Programas Especiais o mesmo padrão não se aplica, até porque é diversa a natureza do foco de intervenção.

Encontramo-nos numa linha muito ténue entre aquilo que é trabalho de polícia e o trabalho com uma vertente social. Por isso, uma coisa é reportar a quem de Direito, outra coisa, é realizar essas funções sem estar especificado que assim seja. Certo é afirmar que não há nada que aproxime mais a Guarda da população. Se está a funcionar bem ou não, isso acaba por ser relativo, até ficar mais explicitamente definido o que cada programa deve fazer.

¹³ À semelhança do que se verificou com a criminalização dos maus tratos aos animais de companhia, certamente que, quando se der este passo no abandono e maus tratos a idosos, a GNR terá de se adaptar ao elevado número de situações que até então eram dirigidas à segurança social, o que exigirá uma resposta mais especializada e mais célere.

Este programa é, por tudo o que nos foi evidenciado no processo de investigação, um precursor do desenvolvimento do próprio conceito de segurança. Neste enquadramento, apraz-nos evidenciar a existência de profissionais que assumam no seu quotidiano, a transformação dos métodos. Para isso, deverá contribuir a investigação formal e, modestamente embora, o nosso trabalho.

BIBLIOGRAFIA E OUTRAS FONTES

Academia Militar (2016). *NEP n.º522/1ªAM, de 20 de janeiro*

Almeida, M. (2007). Envelhecimento: Ativo? Bem-sucedido? Saudável? Possíveis coordenadas de análise. *Fórum Sociológico*, 17, 17-24.

Alves, M, V. (2007) *A segurança comunitária e o policiamento de proximidade*. Trabalho de Pós-graduação em Segurança Interna, Instituto de Estudos Superiores Militares, Lisboa.

Amaro, A. (2008). Segurança humana e protecção civil na sociedade do risco: A crise do modelo estatocêntrico na (s) segurança (s)!. Revista: *Territorium, Associação Portuguesa De Riscos, Prevenção e Segurança*, 15, 83-94.

Assembleia da República [AR] (2007). Lei n.º 63/2007 de 6 de novembro: Lei Orgânica da Guarda Nacional Republicana. *Diário da República*, 1ª série, n.º 213, 8043-8051

Barreiros, M. (2012). *A Guarda Nacional Republicana no Apoio ao Idoso no Concelho de São Brás de Alportel*. Trabalho de Investigação Aplicada, Mestrado em Ciências Militares, na especialidade de Segurança (GNR), Academia Militar, Lisboa.

Bayley, D. H. (2006). *Changing the guard: Developing democratic police abroad* Oxford University Press.

Berg, B. L. (2001). *Qualitative Research Methods for the Social Sciences* (4ª ed.). California State University, Long Beach: Pearson Education Company

Bernardo, A. L. P. (2014) *Das políticas aos programas de envelhecimento: o caso do programa IPL 60+*. Dissertação de mestrado em Educação e Formação de Adultos e Intervenção Comunitária, Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade de Coimbra, Coimbra.

Caetano, M. (2004). *Manual de direito administrativo* (3ª Edição). Coimbra: Almedina.

Chau, F., Soares, C., Fialho, J. A., & Sacadura, M. J. (2012). *O Envelhecimento da População: Dependência, Ativação e Qualidade*. Lisboa: Centro de Estudos dos Povos e Culturas de Expressão Portuguesa - Faculdade de Ciências Humanas Universidade Católica Portuguesa.

Copeto, R. (2011a). *A GNR e o policiamento de proximidade e segurança comunitária*. Revista: *Segurança e Defesa*, 16, 48-54.

Copeto, R. (2011b). *O Papel das forças de segurança no sistema de protecção de crianças e jovens em perigo*, *Dissertação de mestrado em Direito e Segurança*. Lisboa: Faculdade de Direito da Universidade Nova de Lisboa.

- Coutinho, C. P. (2014). *Metodologia de investigação em ciências sociais e humanas* (2ª Edição). Coimbra: Almedina.
- Coutinho, C. P., & Chaves, J. H. (2002). O estudo de caso na investigação em tecnologia educativa em Portugal. *Revista Portuguesa de Educação*, 15:1, 221-243.
- Direção-Geral de Saúde [DGS] (2014). *Portugal Idade Maior em Números - 2014: A Saúde da População Portuguesa com 65 ou mais anos de idade*. Lisboa: DGS
- Dinis, T. (2012). *O programa apoio 65— idosos em segurança em Santa Comba Dão*. Trabalho de Investigação Aplicada, Mestrado em Ciências Militares, na especialidade de Segurança (GNR), Academia Militar, Lisboa.
- Fernandes, A. A., & Botelho, M. A. (2007). Envelhecer activo, envelhecer saudável: O grande desafio. *Fórum Sociológico*, 17, 11-16.
- Ferreira, F. M. M. (2014). *O policiamento de proximidade: O caso especial do programa comércio seguro da baixa da cidade do Porto*, Dissertação para a obtenção do grau de Mestre em Criminologia, Faculdade de Direito da Universidade do Porto, Porto.
- Fonseca, R. J. N, D. (2013). *Os sentimentos de (in) segurança da comunidade face ao carácter proactivo da polícia*. Projeto de Graduação para obtenção do grau de Licenciado em Criminologia, Universidade Fernando Pessoa, Porto.
- Garcia, F. P. (2006). As ameaças transnacionais e a segurança dos estados. Subsídios para o seu estudo. *Revista Negócios Estrangeiros*, (9.1), 340.
- Governo de Portugal [GOV] (2012). *Programa de Ação do Ano Europeu do Envelhecimento Ativo e da Solidariedade entre Gerações*. Jornal oficial da União Europeia, L246/5 – L246/10
- Guarda Nacional Republicana. (2011). *NEP n.º 3.58 GNR/CO/DO, de 6 de abril* (Regulamentação dos programas especiais de policiamento de proximidade da GNR).
- Instituto Nacional de Estatística [INE] (2015). *Dia Mundial da População*, Lisboa: INE
- Kerlinger, F. N., & Rotundo, H. M. (1980). *Metodologia da pesquisa em ciências sociais: Um tratamento conceitual* São Paulo: Epu.
- Lakatos, E. M., & Marconi, M. A. (2003). *Metodologia científica*. São Paulo: Editora Atlas
- Leandro, J. E. G. (2009). *Caminhos para uma segurança alargada em Portugal*. *Revista: Nação e Defesa* 124 (4), 133-165.
- Lopes, C. (2010). *Segurança Privada: Relação com as Forças de Segurança Pública*. Trabalho de Investigação Aplicada, Mestrado em Ciências Militares, na especialidade de Segurança (GNR), Academia Militar, Lisboa.

- Martins, R. (2008). *Ser idoso hoje*. Revista: *Millenium*, 1-8.
- Moleirinho, P. (2012). *Segurança interna. Polícias Nacionais; Polícias Municipais e Segurança Privada*. Trabalho de Investigação Individual, Curso de Estado-Maior Conjunto, Instituto de Estudos Superiores Militares, Lisboa.
- Oliveira, Luís Filipe Alves Guedes da. (2014). *Chegou a Aposentação, e Agora?: Reflexão Sobre o Voluntariado Sénior*. Dissertação para obtenção do grau de Mestre Gerontologia Social, Instituto Superior de Serviço Social do Porto, Porto.
- Patton, M. Q. (2002). *Qualitative analysis and interpretation*. *Qualitative research and evaluation methods*, 3, 431-539.
- Paúl, C. (2005). *Envelhecimento activo e redes de suporte social*. Revista *Sociologia*, 15, 275-287.
- Pinto, D. C. V. (2014). *Por Que Vão Os Idosos Para Lares? Determinantes no Internamento De Pessoas Maiores De 65 Anos Em Instituições De Longa Permanência*, Dissertação para a obtenção de grau de Mestre em Sociedade, Risco e Saúde, Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, Lisboa.
- Pona, I. (2010). *O policiamento de proximidade: Que modelo para a GNR?* Trabalho de Investigação Aplicada, Mestrado em Ciências Militares, na especialidade de Segurança (GNR), Academia Militar, Lisboa.
- Prodanov, C. C., & de Freitas, E. C. (2013). *Metodologia do trabalho científico: Métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico*. (3ª Ed.) Editora Feevale.
- Quivy, R., e Campenhoudt, L. (2008). *Manual de Investigação em Ciências Sociais* (5ª Ed.). Lisboa: Gradiva.
- Santos, D. (2015). *Limites às Competências dos Elementos da Segurança Privada*. Trabalho de Investigação Aplicada, Mestrado em Ciências Militares, na especialidade de Segurança (GNR), Academia Militar, Lisboa.
- Sarmiento, M. (2013). *Metodologia Científica. Para a elaboração, escrita e apresentação de teses*. Lisboa: Universidade Lusíada Editora.
- Silva, N. (2010). *Cidadania e segurança: Uma análise prospectiva*. Retirado: 13 de abril de 2016, de http://www.segurancaedefesa.org/conteudo/congresso/ICNSD_4H_texto_pdf_nuno_parreira_silva.pdf.
- Simões, Maria Alexandra de Oliveira Ribeiro. (2014). *O Contributo da Farmácia Comunitária no Envelhecimento Ativo*. Mestrado em Saúde e Envelhecimento, Faculdade de Ciências Médicas da Universidade Nova de Lisboa, Lisboa.
- Vasco, J. (2014). *Polícia de proximidade – Aplicação do Sistema de Polícia de Proximidade na Polícia Municipal de Maia*. Projeto de Graduação como requisito à obtenção da Licenciatura em Criminologia, Universidade Fernando Pessoa, Porto.

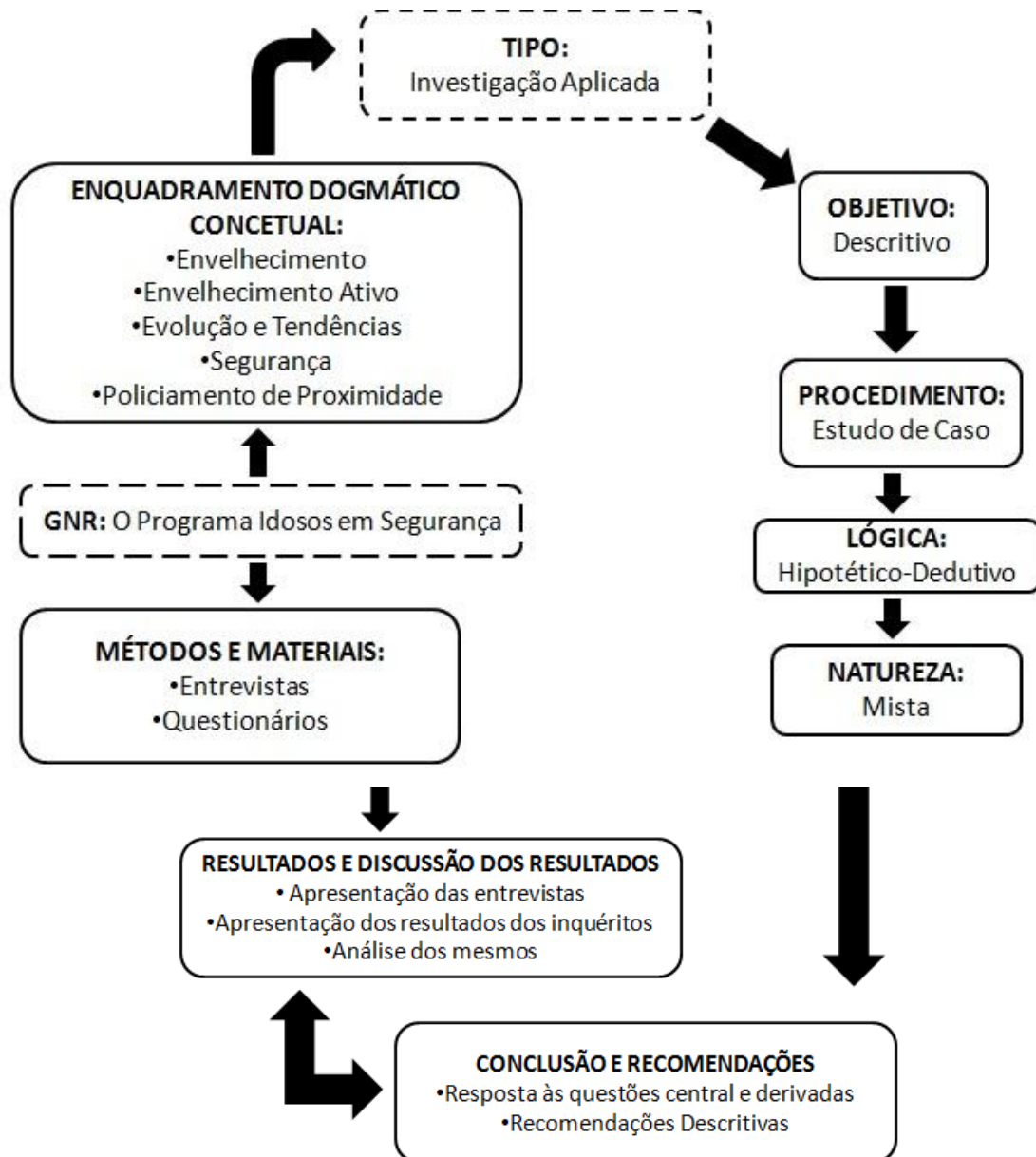
Ventura, M. M. (2007). *O estudo de caso como modalidade de pesquisa*. Revista: *Socerj*, 20(5), 383-386.

World Health Organization [WHO]. (2002). *Active ageing: A policy framework*. Madrid: WHO .

APÊNDICES

APÊNDICE A – DESENHO DA INVESTIGAÇÃO

Figura nº3 – Desenho da Investigação



Fonte: Elaboração própria

APÊNDICE B – CARTA DE APRESENTAÇÃO



ACADEMIA MILITAR

O Programa Idosos em Segurança: Estudo de Caso do Destacamento Territorial de Sintra

Carta de Apresentação

Autor: Aspirante Inf GNR João Francisco Lagos Nunes

Orientador: Professor Doutor José Fontes

Coorientador: Tenente-Coronel Inf GNR Rogério Copeto

A presente entrevista surge como complemento ao Trabalho de Investigação Aplicada subordinado ao tema: “O Programa Idosos em Segurança: Estudo de Caso do Destacamento Territorial de Sintra”.

A investigação que se desenvolve tem como finalidade perceber de que forma se estrutura o programa no Destacamento Territorial de Sintra, bem como verificar algumas boas práticas, identificar eventuais falhas e, se possível, sugerir algum tipo de melhorias.

Desta forma, um dos objetivos será ouvir os vários atores que fazem parte deste programa, quer da Guarda Nacional Republicana, quer de entidades externas à mesma, com o intuito de extrair o que se passa na realidade. Para se atingir este fim, iremos realizar entrevistas não só aos militares que quotidianamente põem em prática este programa, através das várias ações de sensibilização que realizam, mas também às demais entidades externas com relevância social considerável, com o intuito de perceber de que forma é visto o trabalho desenvolvido pelos militares da Guarda Nacional Republicana.

Inegável será o contributo de V.Ex^a para alcançar tudo aquilo a que nos propusemos e por considerarmos que as suas opinião e visão da realidade se constituem como uma mais-valia para esta investigação.

Solicitamos assim a V.Ex^a que se digne responder ao leque de questões que apresentamos de seguida, garantindo que colocaremos os dados resultantes da análise da entrevista ao seu dispor antes da exposição pública da presente investigação.

Gratos pela sua disponibilidade e colaboração.

Atenciosamente,

João Francisco Lagos Nunes

Aspirante de Inf GNR

APÊNDICE C – GUIÕES DE ENTREVISTA

Guião de Entrevista n.º 1 – Tenente-Coronel Rogério Copeto

- Concorda com a atual estrutura e organização dos diversos NIS?
- Acha que a forma como o trabalho, neste âmbito se está a desenvolver, vai de encontro ao que foi inicialmente definido, aquando da criação destes Programas?
- Considera importante existir, por parte dos militares afetos a este programa, uma especialização própria?
- Quando esteve destacado na Repartição de Programas Especiais, qual a sua perspetiva relativamente aos meios materiais e humanos que os Destacamentos possuem para dar resposta a todas as solicitações desta natureza?
- Julga que os mecanismos de resposta existentes são suficientes para responder a todas as necessidades dos idosos em qualquer altura do dia?
- De que forma é desenvolvido o trabalho de coordenação e verificação das diretivas e orientações emanadas pela Repartição nos diferentes Destacamentos?
- Das atividades que têm sido desenvolvidas, quais as que destaca? Porquê?
- Concorda que deveriam ser realizadas mais regularmente ações de sensibilização a nível nacional, como o caso dos Censos, por exemplo?
- Considera que seria profícuo a existência de uma plataforma de controlo/avaliação das práticas desenvolvidas pelo NIS?
- Na sua opinião, como é que é visto o trabalho desenvolvido pela GNR pelas entidades externas e pelos idosos?
- Existe alguma forma de se dar mais visibilidade do trabalho desenvolvido pela GNR?
- Consegue identificar eventuais vulnerabilidades ou falhas nas normas que regulam o funcionamento operacional do NIS?

Guião de Entrevista n.º 2 – Chefe Repartição de Programas Especiais

- Acha que a forma como o trabalho, neste âmbito se está a desenvolver, vai de encontro ao que foi inicialmente definido, aquando da criação destes Programas?
- Considera importante existir, por parte dos militares afetos a este programa, uma especialização própria?
- Qual a sua perspetiva relativamente aos meios materiais e humanos que os Destacamentos possuem para dar resposta a todas as solicitações desta natureza?
- Julga que os mecanismos de resposta existentes são suficientes para responder a todas as necessidades dos idosos em qualquer altura do dia?
- De que forma é desenvolvido o trabalho de coordenação e verificação das diretivas e orientações emanadas pela Repartição nos diferentes Destacamentos?
- Julga que existe alguma melhor forma de supervisionar a execução dessas missões que são atribuídas aos Destacamentos?

- Concorda que deveriam ser realizadas mais regularmente ações de sensibilização a nível nacional, como o caso dos Censos, por exemplo?
- Considera que seria profícuo a existência de uma plataforma de controlo/avaliação das práticas desenvolvidas pelo NIS?
- Existem protocolos de cooperação com entidades externas à GNR?
- Existe alguma forma de se dar mais visibilidade do trabalho desenvolvido pela GNR?
- Consegue identificar eventuais vulnerabilidades ou falhas nas normas que regulam o funcionamento operacional do NIS?

Guião de Entrevista n.º 3 – Comandante do Destacamento Territorial de Sintra

- Considera necessário a obrigatoriedade de alguma formação no âmbito deste programa?
- Possui meios materiais e humanos suficientes para dar resposta a todas as solicitações desta natureza a qualquer hora do dia?
- Das atividades que têm sido desenvolvidas, quais as que destaca?
- Os militares têm liberdade de ação ou só desenvolvem ações de sensibilização e controlo se estas forem emanadas pela Repartição de Programas Especiais do Comando-Geral?
- Considera que seria profícuo a existência de uma plataforma de controlo/avaliação das práticas desenvolvidas pelo NIS?
- Existem protocolos de cooperação com entidades externas à GNR?
- Na sua opinião, como é que é visto o trabalho desenvolvido pela GNR pelas entidades externas e pelos idosos?
- Existe alguma forma de se dar mais visibilidade do trabalho desenvolvido pela GNR?
- Consegue identificar eventuais vulnerabilidades ou falhas nas normas que regulam o funcionamento operacional do NIS?

Guião de Entrevista n.º 4 – Militares afetos ao Programa Idosos em Segurança

- Qual foi o motivo para ter integrado a SPE?
- Considera que a SPE e o trabalho por vós desenvolvido não é bem visto pelos outros militares que não a integram? Se sim, na sua opinião, qual o motivo pelo qual isso se verifica?
- Qual a maior problemática que os idosos aqui em Sintra atravessam a nível social e de segurança?
- Que dificuldade sente durante o seu dia de trabalho?
- Considera que a SPE possui os meios materiais e humanos suficientes para dar resposta a todas as solicitações?
- Julga que os mecanismos de resposta existentes são suficientes para responder a todas as necessidades dos idosos a qualquer altura do dia?
- Das atividades que têm sido desenvolvidas, quais a que destaca? Porquê?
- Com as ações desenvolvidas pelo NIS, tem observado alguma alteração no comportamento dos idosos?
- Consegue identificar eventuais vulnerabilidades ou falhas no funcionamento operacional do NIS?

- Existe alguma forma de dar mais visibilidade ao trabalho desenvolvido pela GNR?
- Como acha que o vosso trabalho é visto pela comunidade, nomeadamente pelas entidades externas com quem cooperam?

Guião de Entrevista n.º 5 – Entidades Externas à GNR

- Tem conhecimento do trabalho desenvolvido pela GNR no que diz respeito aos idosos?
- Considera que a existência de Programas e de ações de sensibilização promovem a imagem da Guarda Nacional Republicana?
- Quando pretende realizar uma ação de sensibilização cujo alvo sejam os idosos, quais as entidades que lhe garantem maior credibilidade de colaboração?
- Visto que o trabalho a desenvolver neste âmbito depende muito da coordenação existente entre a GNR e as demais entidades externas, julga que a articulação existente é suficiente? Como a caracteriza?
- No seu entender, como é que o trabalho desenvolvido pela Guarda afeta a vida dos idosos?
- Consegue elencar eventuais vulnerabilidades que já tenha constatado no trabalho desenvolvido pela GNR?
- Julga que os mecanismos de resposta existentes são suficientes para responder às necessidades dos idosos?
- Da experiência prática de cooperação com a Guarda, quais as ações de sensibilização que conhece e quais destaca?

APÊNDICE D – INQUÉRITOS DIRIGIDOS AOS IDOSOS

O questionário que de seguida se apresenta surge no âmbito de um trabalho de investigação aplicada da Academia Militar. A sua aplicação decorre da necessidade de se conhecer a perceção que os idosos têm do trabalho que é desenvolvido pelos militares do Destacamento Territorial de Sintra.

Pede-se a colaboração para o preenchimento do mesmo, respeitando as regras, para que a sua análise decorra sem quaisquer erros.

Para cada questão assinale com uma cruz a resposta que pretende e nas questões de resposta aberta, pedimos que tente não ultrapassar as linhas concedidas.

Os dados aqui divulgados são anónimos e irão constar na publicação do presente trabalho.

Agradecemos a sua colaboração.

1) Sexo:

Feminino

Masculino

2) Idade: _____

3) Estado Civil:

Solteiro

Casado

Divorciado

Viúvo

4) Vive Sozinho(a)?

Sim

Não

5) Tem filhos(as)?

Sim

Não

6) Sabe o que é a GNR?

Sim

Não

7) Habitualmente vê os militares da GNR na rua?

Sim

Não

8) Se respondeu que sim, com que frequência os vê?

Todos os dias

Semanalmente

Mensalmente

Raramente

9) Quando vê a GNR, como se sente?

Seguro(a)

Preocupado(a)

Ansioso(a)

Feliz

Com medo

11) Gostava de os ver mais vezes?

Sim

Não

12) Já esteve presente em alguma ação realizada pelos militares da GNR?

Sim

Não

13) Essas ações ensinaram-lhe alguma coisa que não sabia?

Sim O quê? _____

Não

14) Quando receia pela sua segurança, a quem liga primeiro?

15) Alguma vez os militares da GNR foram a sua casa?

Sim

Não

16) Quando se dirige a um militar para explicar um determinado problema ou esclarecer alguma dúvida, sente da parte dele preocupação?

Sim

Não

17) Sente dificuldade em falar com um militar da GNR?

Sim

Não

18) Sabe o número que deve ligar para falar com a GNR?

Sim

Não

19) Os militares já a ajudaram em alguma situação? Se sim, conte-nos:

20) Se pudesse mudar alguma coisa na GNR, o que seria?

Fim.

Muito Obrigado pela colaboração!

ANEXOS

ANEXO A – REFERENCIAL DE FORMAÇÃO DOS PROGRAMAS ESPECIAIS



peças especialmente vulneráveis como as crianças, os jovens, os idosos e as vítimas de maus tratos.

A concretização desta acção de formação contribui para a concretização dos objectivos estratégicos plurianuais definidos em 2007 pelo Ministério da Administração Interna (MAI) bem como para o cumprimento do objectivo 2 do QUAR da Guarda e Carta de Missão do General Comandante-Geral.

2. DESIGNAÇÃO DA ACÇÃO

Acção de Formação – *“PROGRAMAS ESPECIAIS DE POLÍCIA E RESPONSABILIDADE SOCIAL”*

3. DURAÇÃO

A acção de formação tem a duração de 6 tempos lectivos (TL) seguidos (um dia de formação), sendo que cada tempo lectivo corresponde a 60 minutos.

4. MODALIDADE DA FORMAÇÃO

A formação decorre em regime presencial na Escola da Guarda e respectivos Centros de Formação (Centro de Formação de Portalegre e Centro de Formação da Figueira da Foz).

5. OBJECTIVOS GERAIS

- a) Melhorar a visibilidade da GNR através do reforço do policiamento de proximidade bem como da intensificação dos Programas Especiais de Polícia.
- b) Promover o policiamento de proximidade visando a prática quotidiana de atitudes conducentes a uma cidadania activa.
- c) Aumentar a qualidade da acção policial dos militares afectos às Secções de Programas Especiais através do desenvolvimento de competências-chave para o efeito.

6. OBJECTIVOS ESPECÍFICOS

- a) Identificar os padrões usuais de comportamento comunicacional e desenvolver estratégias de interacção construtiva.
- b) Aplicar ferramentas comunicacionais necessárias à eficaz gestão de comportamentos e atitudes em diferentes contextos situacionais e de acordo com os factores psicológicos dos públicos-alvo.



- c) Definir e identificar as características dos Programas Especiais de Polícia e qual a criação de valor dos respectivos Programas para a Guarda.
- d) Caracterizar o papel do militar das Secções de Programas Especiais no âmbito da promoção de uma cidadania activa e responsabilidade social.

7. ESTRUTURA MODULAR

A estrutura modular do plano de formação foi concebido tendo em conta a necessária aquisição de conhecimentos sobre comunicação e gestão de conflitos, programas especiais de polícia e responsabilidade social e imagem organizacional.

MÓDULOS/CONTEÚDOS		
MÓDULO A	COMUNICAR COM SEGURANÇA	TL
1.	PADRÕES USUAIS DE COMPORTAMENTO COMUNICACIONAL.	
2.	LINGUAGEM SILENCIOSA.	
3.	ATTITUDES COMUNICACIONAIS.	
4.	PSICOLOGIA COMUNICACIONAL NA CRIANÇA E NO ADOLESCENTE.	
5.	PSICOLOGIA COMUNICACIONAL DO ADULTO E IDOSO.	
SUBTOTAL (1)		02:40
MÓDULO B	PROGRAMAS ESPECIAIS DE POLÍCIA E RESPONSABILIDADE SOCIAL	TL
1.	PROGRAMAS ESPECIAIS DE POLÍCIA: CONCEITO, OBJECTIVOS E TIPOLOGIAS.	
2.	RESPONSABILIDADE SOCIAL E IMAGEM INSTITUCIONAL	
SUBTOTAL (2)		02:40
APRESENTAÇÃO E ENCERRAMENTO		TL
Apresentação e Acolhimento		00:20
Encerramento e Avaliação do Curso		00:20
SUBTOTAL (3)		00:40
TOTAL (1)+(2)+(3)		06:00

8. COMPETÊNCIAS-CHAVE ADQUIRIDAS

Com a frequência desta acção de formação, os formandos estarão aptos a desenvolver de forma mais eficaz e eficiente as funções inerentes às Secções de Programas Especiais, junto de públicos diferenciados como é o caso das crianças, adolescentes, adultos e idosos.



Através desta formação os formandos/militares ficarão munidos de conhecimentos e competências que lhes permitam, de forma segura, transmitir de forma pedagógica qualquer conteúdo no âmbito de uma cidadania activa e de responsabilidade social.

9. EQUIPA TÉCNICO-PEDAGÓGICA

A equipa técnico-pedagógica responsável pela acção de formação – PROGRAMAS ESPECIAIS DE POLÍCIA E RESPONSABILIDADE SOCIAL, é constituída por militares afectos ao Comando Operacional (CO), ao Comando da Doutrina Formação (CDF) e à Escola da Guarda (EG) e outros formadores militares ou civis das áreas-chave a desenvolver no âmbito da presente Acção de Formação.

A selecção dos formadores deve obedecer aos seguintes requisitos:

DOMÍNIO COGNITIVO	DOMÍNIO OPERACIONAL
<ol style="list-style-type: none"> 1. Conhecimento das técnicas de comunicação eficaz e ferramentas de gestão e negociação de conflitos. 2. Conhecimento da organização e estrutura da Secção de Programas Especiais. 	<ol style="list-style-type: none"> 1. Capacidades de comunicação e de relação interpessoal. 2. Experiência Formativa e/ou Pedagógica¹.

10. RECURSOS DIDÁCTICOS

Serão utilizados textos, excertos de manuais temáticos, livros técnicos e legislação em vigor sobre os conteúdos da Acção de Formação.

11. METODOLOGIA DE FORMAÇÃO

A metodologia da formação assenta na combinação dos métodos passivos directivos com os métodos passivos não directivos de acordo com a especificidade dos conteúdos e das necessidades pedagógicas.

Será entregue aos formandos documentação sobre os diferentes Módulos e respectivos conteúdos, assim como o material necessário para o desenrolar das tarefas previstas no âmbito da formação.

¹ De preferência ser detentor do Certificado de Aptidão de Formador (CAF).



12. ITINERÁRIO FORMATIVO

A definição do itinerário formativo da Acção PROGRAMAS ESPECIAIS DE POLÍCIA E RESPONSABILIDADE SOCIAL envolve a estrutura do Comando Operacional, o Comando da Doutrina e Formação e a Escola da Guarda.

Desta forma será possível a operacionalização imediata da acção pelo Comando Operacional e a eficaz promoção dos conteúdos necessários ao cumprimento dos objectivos definidos.

13. METODOLOGIA DE AVALIAÇÃO DOS FORMANDOS

A Acção de Formação PROGRAMAS ESPECIAIS DE POLÍCIA E RESPONSABILIDADE SOCIAL é uma acção de formação de eixo da formação contínua na tipologia de Curso de Especialização e Qualificação, sem carácter avaliativo.

14. DESTINATÁRIOS

A presente acção de formação destina-se preferencialmente aos militares que prestam serviço no âmbito dos diferentes Programas Especiais de Polícia, em particular aos militares afectos às Secções de Programas Especiais.

15. AVALIAÇÃO FINAL

No final do Curso será feita uma apreciação/avaliação pelos formandos através do preenchimento de um questionário por inquérito sobre os aspectos pedagógicos mais relevantes. Os formandos emitirão a sua opinião sobre o programa (objectivos, conteúdos, utilidade para a prática profissional), o funcionamento (motivação e participação nas actividades e exercícios, relacionamento inter-pessoal, instalações, meios pedagógico-didácticos), a actuação dos formadores (domínio dos assuntos, métodos e linguagem utilizados) e apresentarão as suas críticas e sugestões.

Realizar-se-á uma reunião final onde serão ouvidos os formadores e o coordenador pedagógico relativamente ao decorrer do Curso. Nesta reunião os formadores emitirão a sua opinião sobre o modo como decorreu a formação, as dificuldades do grupo face aos diferentes conteúdos, a adequação dos métodos pedagógicos e suportes pedagógicos, níveis de participação e motivação.

Esta metodologia de avaliação da acção permite ao CDF e ao CO ficarem com a noção dos conteúdos interiorizados e a importância que os formandos deram aos mesmos.

ANEXO B – DADOS CENSOS SÉNIOR 2016

Resultados da Operação Censos Sénior 2016

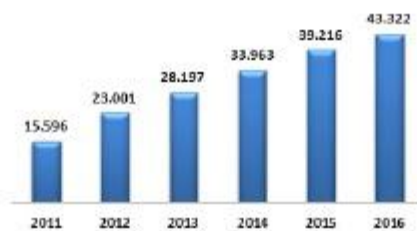


Gráfico 1 - Evolução do número de idosos sinalizados

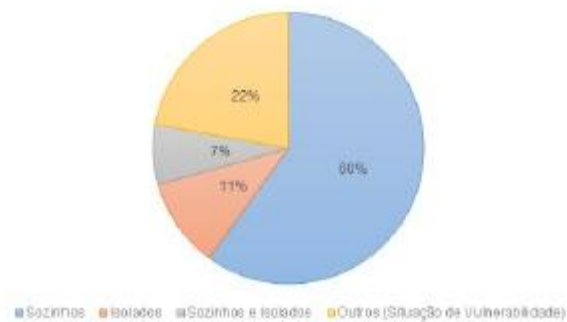


Gráfico 2 - Situação dos idosos sinalizados

Tabela 1 - Comparação do número de idosos sinalizados entre 2015 e 2016, por sexo

	Idosos Sinalizados (Total)		Idosos Sinalizados a outras Instituições	
	M	F	M	F
2016	14.631	28.691	350	514
	43.322		864	
2015	14.350	24.866	133	182
	39.216		315	
Diferença %	+ 10%		+ 174%	

Tabela 2 - Número de idosos sinalizados por distrito

Distrito	Idosos sinalizados	
	2015	2016
Aveiro	1 646	1 507
Beja	3 914	3 352
Braga	1 647	3 022
Bragança	3 092	3 125
Castelo Branco	2 165	2 362
Coimbra	1 745	1 290
Évora	2 853	2 837
Faro	1 977	3 048
Guarda	3 236	3 870
Lisboa	822	1 380
Lisboa	1 225	972
Portalegre	2 829	3 052
Porto	1 109	1 134
Santarém	1 732	2 119
Setúbal	1 632	1 610
Viana do Castelo	921	1 074
Vila Real	2 916	3 455
Viseu	3 755	4 113
Total	39 216	43 322